

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**“Juízes” da vinculação: Construção de um inventário de
avaliação da vinculação em crianças institucionalizadas**

Clara Filipa da Silva Ramos

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/

Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica)

2011

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**“Juízes” da vinculação: Construção de um inventário de
avaliação da vinculação em crianças institucionalizadas**

Clara Filipa da Silva Ramos

Dissertação orientada pelo Professor Doutor João Manuel Moreira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

**(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/
Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica)**

2011

Resumo

Esta investigação teve como principal objectivo a construção de um inventário de avaliação da vinculação de crianças institucionalizadas, com a sua figura familiar de referência - o Inventário de Observação de Vinculação em Crianças Institucionalizadas (IOVCI). Para analisar a validade dos dados fornecidos pelo inventário, recorreu-se à aplicação da Attachment Doll Story Completion Task (ASCT), para avaliar a vinculação de crianças ($N = 40$), entre os 4 e os 11 anos. Na amostra do estudo, de acordo com os dados obtidos com a ASCT, o padrão de vinculação predominante era o desorganizado, tanto em termos de valor absoluto, como na comparação com uma amostra de crianças em meio familiar. Verificou-se ainda uma associação positiva entre a idade e a segurança da vinculação. Na análise factorial do inventário identificaram-se sete factores relevantes, que permitiram estabelecer as seguintes escalas: 1) Comportamentos de segurança; 2) Comportamentos negativos/desorganização; 3) Vinculação segura; 4) Sensibilidade; 5) Procura de proximidade; 6) Porto seguro; 7) Comportamentos de evitação. O estudo correlacional destas escalas com a ASCT evidenciou a validade de algumas, nomeadamente das escalas 1, 2, 5 e 7. O nível de consistência interna é elevado para as primeiras cinco escalas. Para as escalas 6 e 7, esse valor é moderado. Na análise do acordo inter-observadores, apenas a escala 1 não atinge um nível de acordo razoável. Tendo em conta estes dados, é fundamental a continuação da investigação com o IOVCI, para aperfeiçoar a sua organização e estrutura, e aumentar a sua validade. Uma vez que existe uma escassez de instrumentos deste tipo, este inventário, apesar das suas limitações, pode ter um potencial prático útil no contexto de acolhimento institucional de crianças.

Palavras-chave: Vinculação, Institucionalização, Crianças, Inventário de avaliação da vinculação.

Abstract

The main goal of this investigation was to construct an inventory to assess the attachment relationship of institutionalized children to their biological family reference figure – the Inventário de Observação de Vinculação em Crianças Institucionalizadas (IOVCI; Observational Inventory of Attachment in Institutionalized Children). To evaluate the validity of the scores provided by the inventory, the Attachment Doll Story Completion Task was employed to assess attachment in children ($N = 40$) between 4 and 11 years old. According to the results of the Attachment Doll Story Completion Task, in the study sample, the disorganized pattern was the most prevalent, both in absolute terms and when compared to a sample of family-raised children. A positive association between age and attachment security was also found. In the factor analysis of the inventory, seven relevant factors were identified and allowed for the establishment of the following scales: 1) Secure behaviours; 2) Negative behaviours/disorganization; 3) Secure attachment; 4) Sensitivity; 5) Proximity seeking; 6) Safe Haven; 7) Avoidance behaviours. The correlational study of these scales with the ASCT confirmed the validity of some of the scales, particularly 1, 2, 5 and 7. The first five scales have a high level of internal consistency, but for scales 6 and 7 it is only moderate. In the analysis of inter-observer agreement, only scale 1 fails to achieve a reasonable level of agreement. Considering these data, it is essential to continue research with this inventory, to develop its organization and structure, and to improve its validity. Given that there is a scarcity of instruments of this kind, this inventory, in spite of its limitations, can have potential practical utility in the context of children institutionalization.

Keywords: Attachment, Institutionalization, Children, Attachment Assessment Inventory.

Agradecimentos

À Faculdade de Psicologia, e a todos os professores que fizeram parte do meu percurso académico, em particular aos professores do Núcleo de Sistémica

À Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que me possibilitou a realização desta investigação, e em particular aos psicólogos e crianças dos lares de infância e juventude

Ao professor João Moreira, pela disponibilidade e rigor com que sempre orientou este trabalho

Às minhas colegas e amigas, com quem partilhei os desafios exigentes deste último ano de curso

Aos meus pais, irmãos, irmã e cunhado, sempre presentes, para apoiar nas dificuldades e celebrar os sucessos

Ao André, pela amizade e pelo amor, pelo apoio permanente e pelo incentivo a fazer sempre o melhor

A todos, Muito Obrigada!

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento conceptual.....	2
1. 1 Vinculação e prestação de cuidados	2
1. 2. Padrões de vinculação.....	5
1. 3. Representações de vinculação.....	7
1. 4. Avaliação da vinculação	9
1.5 Maus-tratos, acolhimento institucional e vinculação.....	11
1.5.1 Maus-tratos	11
1.5.2 Acolhimento institucional.....	13
2. Metodologia	18
2.1 Questão inicial	18
2.2 Mapa conceptual	18
2.3 Objectivos	19
2.4 Questões e Hipóteses de investigação.....	19
2.5 Estratégia metodológica.....	20
2.5.1 Selecção da amostra.....	20
2.5.2 Instrumentos.....	21
A. Versão adaptada da Attachment Doll Story Completion Task (Bretherton et al., 1990) para a idade escolar (Granot & Mayseless, 2009):.....	21
B. Inventário de Observação de Vinculação em Crianças Institucionalizadas (IOVCI) com a sua figura familiar de referência.....	23
2.6 Procedimentos.....	24
3. Resultados	26
3. 1 Dados obtidos com a Attachment Doll Story Completion Task (ASCT):.....	26
3.2 Comparação da vinculação em meio institucional e em meio familiar:	29
3.3 Dados do Inventário de Observação da Vinculação de Crianças Institucionalizadas (IOVCI) com a sua figura familiar de referência.....	32
3.3.1 Análise interna	32
3.3.2 Dados de validade do IOVCI.....	41
4. Discussão	44
4. 1 Dados da ASCT	44
4.2 Dados do IOVCI	48

Conclusão.....	53
Bibliografia	55

Índice de Figuras

Figura 1. Mapa conceptual da investigação	18
Figura 2. Distribuição da vinculação da amostra	26

Índice de Quadros

Quadro 1. Distribuição da classificação da vinculação por sexo.....	27
Quadro 2. Correlação da idade com a semelhança com o protótipo e as três escalas da ASCT	28
Quadro 3. Comparação da classificação de vinculação de crianças em meio institucional e em meio familiar	29
Quadro 4. Comparação das variáveis da ASCT de crianças em meio institucional e em meio familiar.....	31
Quadro 5. Coeficientes padronizados da função discriminante entre crianças em meio institucional e em meio familiar	32
Quadro 6. Matriz rodada dos 7 factores do IOVCI.....	34
Quadro 7. Análise da consistência interna dos 7 factores do IOVCI	36
Quadro 8. Consistência inter-observadores nas escalas do IOVCI	40
Quadro 9. Comparação das escalas do IOVCI nos padrões de vinculação identificados na ASCT	41
Quadro 10. Correlações entre as escalas do IOVCI e as variáveis da ASCT	42

Apêndices

Apêndice I. Percentagens de resposta à primeira escala do IOVCI - Possibilidade de observação desta interacção
Apêndice II. Estatística descritiva das escalas do IOVCI
Apêndice III. Estatística descritiva dos itens do IOVCI

Introdução

O presente estudo aborda a temática da vinculação em contexto de acolhimento institucional de crianças. Vários estudos apontam para os impactos negativos da institucionalização na criança, a nível cognitivo, comportamental e emocional (Bowlby, 1973; Roy, Rutter & Pickes, 2000; Sloutsky, 1997; Vorria et al., 2003)

Para os profissionais que trabalham nesta área, a vinculação tornou-se num tema fundamental no planeamento e implementação da intervenção (Byrne, O'Connor, Marvin & Whelan, 2005), para cumprir os objectivos de (re)integração da criança na sua família de origem ou numa família substituta (Colen, Belo, Borges, Branco & Marques, 2005).

O interesse desta temática para a presente investigação surgiu no âmbito da realização de estágio curricular num Lar de Infância e Juventude. Este estudo assenta, por isso, na vontade de construção de um instrumento de avaliação da vinculação entre a criança e a sua figura familiar de referência, que possa trazer dados relevantes para a prática, no contexto institucional.

Este estudo, além da aplicação e análise do inventário construído para avaliação da vinculação, contempla a aplicação de uma técnica projectiva, para compreensão da vinculação. Esta prova permitirá obter dados de validade do inventário, e ainda efectuar uma caracterização da vinculação de crianças institucionalizadas, e comparar essa distribuição com uma amostra de meio familiar.

O presente trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo é dedicado ao enquadramento conceptual do tema da investigação. No segundo capítulo, é feita uma apresentação da metodologia, incluindo a apresentação da questão inicial, do mapa conceptual das variáveis em estudo, dos objectivos, questões e hipóteses de investigação, e dos instrumentos utilizados. O terceiro capítulo inclui a apresentação e descrição dos resultados, cujas interpretações e reflexões de acordo com a investigação já existente se encontram no capítulo seguinte – Discussão. Por último, a conclusão sumaria os resultados obtidos e as suas implicações para a teoria e para a prática. Este capítulo inclui também a indicação das limitações do estudo e recomendações para estudos futuros.

1. Enquadramento conceptual

1. 1 Vinculação e prestação de cuidados

A vinculação constitui-se como uma área de estudo essencial para a compreensão do funcionamento humano, tanto pelo seu papel fundamental na promoção do desenvolvimento saudável na infância (Bowlby, 1952; Howes, 1999) como pela sua continuidade ao longo do desenvolvimento e influência em várias áreas da vida do indivíduo (Sroufe & Waters, 1977).

A vinculação foi formulada inicialmente por Bowlby (1969) como um sistema de retrocontrolo que é activado pela criança, na presença de um stressor ou ameaça, com o objectivo de atingir a proximidade física com a figura de vinculação (normalmente a mãe, mas que pode ser outro cuidador), e que termina quando o stressor é eliminado e o desconforto desaparece (Bowlby, 1969). A concepção do sistema de vinculação como um sistema de retrocontrolo foi alterada para um sistema de vigilância, permanentemente activo, mesmo na ausência de desconforto, servindo a função de monitorização da proximidade e, mais ainda, da acessibilidade física e psicológica da figura de vinculação (Sroufe & Waters, 1977; Main, Kaplan & Cassidy, 1985). Neste sentido, a procura de proximidade não é automaticamente activada na presença de um stressor, pois a criança faz uma avaliação da situação, de parâmetros internos e externos sobre a segurança percebida, que serve como mediadora de um comportamento adaptativo (Sroufe & Waters, 1977).

Bowlby (1969) identificou a existência de comportamentos de vinculação, isto é, comportamentos da criança que permitem conseguir a proximidade física com a mãe (o sorriso e a vocalização; o choro; agarrar e gatinhar; a sucção) e comportamentos de exploração, que respondem à necessidade de se afastar da mãe para explorar o meio envolvente. Este conceito de comportamento de vinculação foi posteriormente alterado, sendo que o critério para considerar um comportamento de vinculação é actualmente o da sua funcionalidade, isto é, são considerados comportamentos de vinculação aqueles que permitem manter a proximidade das figuras preferenciais, ainda que sejam comportamentos diferentes - equivalência funcional (Sroufe & Waters, 1977).

De acordo com o conceito de monotopia, uma criança tem uma tendência inata a vincular-se em especial a uma figura, a figura de vinculação primária (não necessariamente a mãe), com quem mantém uma interacção social activa e contínua, e

que responde prontamente aos seus sinais (Bowlby, 1969). A figura de vinculação serve como uma base segura a partir da qual a criança pode explorar o meio que a rodeia, e à qual pode regressar, numa situação de stress que active o sistema de vinculação (Ainsworth 1988 citado por Hazan & Zeifman, 1994). Bowlby (1969) sugere três condições que activam o comportamento de vinculação e que influenciam a sua intensidade: condição da criança (fadiga, fome, doença, dor, frio); localização e comportamento da mãe (ausência ou distância física da mãe, partida da mãe, atitude da mãe de desencorajamento da proximidade da criança) e outras condições ambientais (ocorrência de eventos alarmantes, rejeições por outros adultos ou crianças).

Todavia, embora a criança possa manifestar comportamentos de vinculação para vários adultos, não é apenas a existência de um comportamento de vinculação que serve de critério à identificação de uma figura de vinculação preferencial (Cassidy, 1999). Isto porque um comportamento de vinculação pode ser dirigido para um cuidador que é uma figura de vinculação, que ainda não é, mas que pode vir a ser uma figura de vinculação, ou para uma figura que não é e pode nem vir a ser figura de vinculação.

Ainsworth (1989) definiu quatro características que distinguem as relações de vinculação de outras relações sociais: a procura de proximidade, a noção de base segura (confiança na ideia de que uma figura de apoio, protectora, estará disponível), a noção de comportamento de refúgio, e as reacções marcadas perante a separação (involuntária). Atendendo a isto, Ainsworth (1989) verificou a existência de emoções positivas (segurança e bem-estar) associadas à vinculação, e emoções negativas (angústia, cólera e tristeza) associadas à ruptura da vinculação (Ainsworth, 1989).

Além da figura de vinculação primária, podem existir figuras de vinculação subsidiárias (Bowlby, 1969). Segundo evidências empíricas, as relações de vinculação têm uma organização hierárquica, no sentido em que as figuras de vinculação primárias e subsidiárias se organizam segundo uma ordem de preferência (Bowlby, 1969; Van IJzendoorn, Goldberg, Kroonenberg & Frenkel, 1992a). Bowlby (1969) refere que a força e a segurança da relação não são influenciadas pela multiplicidade de figuras de vinculação. No entanto, Van IJzendoorn e colaboradores (1992b) referem-se às influências relativas de múltiplas relações de vinculação com o “paradoxo de cuidadores múltiplos”, permanecendo a dúvida sobre a influência que a existência de uma vinculação insegura com uma figura pode ter numa criança, mesmo na presença de uma vinculação segura com outra figura. A continuidade e a qualidade da ligação da criança

à figura de vinculação permanecem os elementos essenciais do estabelecimento de uma vinculação segura (Bowlby, 1952; Howes, 1999).

A prestação de cuidados físicos e afectivos (caregiving) é o sistema que compreende os comportamentos parentais que visam promover a proximidade com a criança, funcionando de forma recíproca e paralela ao sistema de vinculação (Bowlby, 1969; George & Solomon, 1996). Assim como o sistema de vinculação, o sistema de prestação de cuidados é, em certa medida, pré-programado, é regulado por modelos de trabalho, que avaliam e organizam a experiência real do indivíduo (Bowlby, 1969), é corrigido quanto ao objectivo (George & Solomon, 1999), e é regulado pelas emoções: as mães experimentam sensações de satisfação e prazer quando conseguem manter a segurança do seu filho, e de cólera, tristeza e ansiedade quando são separadas ou não o podem proteger (Bowlby, 1988; George & Solomon, 1999). De acordo com vários estudos, o comportamento materno está intimamente relacionado com a segurança na vinculação (Bowlby, 1951; Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978; Carlson, Barnett, Cicchetti & Braunwald, 1989; Rogosh, Cicchetti, Shields & Toth, 1995; Cassidy, 1999).

De acordo com o modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979), há vários factores que determinam o modo como se cuida de um filho: características da criança e do cuidador - personalidade da mãe, traços físicos do bebé, temperamento da criança; contexto de vida - rede de relações, relação com o pai da criança ou companheiro, e condição económica (George & Solomon, 1999). O comportamento parental está dependente também da aprendizagem, uma vez que o papel de pais, além de biologicamente definido, é também socialmente definido (Bowlby, 1988; George & Solomon, 1999).

Ainsworth e colaboradores (1978) conceptualizaram a sensibilidade, de modo global, em termos da capacidade da mãe de estar atenta aos sinais da criança, de interpretar de forma adequada as suas respostas e responder prontamente às suas necessidades, e verificaram que esta é uma dimensão do comportamento materno que está positivamente associada à segurança na vinculação. Durante a fase inicial do desenvolvimento, quando a interacção da mãe com o bebé assenta no cuidado físico, a sensibilidade materna desempenha um papel fundamental na regulação dos ritmos fisiológicos da criança (ex.: fome, sono) e no desenvolvimento da organização comportamental (Valenzuela, 1997). À medida que a criança se desenvolve, a prestação de cuidados mantém-se na função de promover a autonomia e aquisição de novas competências, fornecendo à criança uma base segura para explorar o ambiente, na vertente física e também social. Valenzuela (1997) refere que a sensibilidade materna

pode portanto ser observada no brincar, na resolução de problemas e no estabelecimento de regras.

De acordo com DeWolff e Van IJzendoorn (1997), existem, além da sensibilidade, outros componentes parentais, como a mutualidade, a sincronia, suporte emocional, controlo e estabelecimento de limites, especialmente após o primeiro ano de vida, que também contribuem significativamente para a segurança na vinculação.

Segundo Fonagy e colaboradores (1994 citado por Prior & Glaser, 2006), a capacidade do progenitor para descrever os seus próprios estados mentais e os do filho (funcionamento reflexivo), isto é, a capacidade de perceber a criança como um ser humano com intenções, sentimentos e desejos, é um factor que parece favorecer também a segurança na vinculação.

1. 2. Padrões de vinculação

O estudo empírico da vinculação iniciou-se com os trabalhos de Ainsworth e colaboradores (1978), com a Situação Estranha, um procedimento experimental para crianças a partir dos 12 meses até cerca dos 24 meses, que consiste no registo das reacções da criança durante episódios que envolvem separações e reencontros entre a mãe e a criança, e também a introdução de uma pessoa não familiar à criança. A partir deste procedimento, Ainsworth e colaboradores (1978) sugeriram a classificação da vinculação em três padrões: grupo A (vinculação insegura evitante), grupo B, (segura) e grupo C (insegura ambivalente). Naturalmente, à medida que a criança cresce, o padrão de vinculação torna-se, progressivamente mais estável e resistente à mudança (Bretherton & Munholland, 1999).

As crianças do grupo A e do grupo C são crianças inseguras quanto à responsividade da figura de vinculação (Ainsworth et al., 1978). Especificamente, na situação estranha, as crianças do grupo A tendem a manter um elevado nível de exploração ao longo dos episódios de separação e de reunião, parecendo não reagir à separação, e evitando a procura de proximidade ou interacção com a mãe nos episódios de reunião (Main & Weston, 1982). A mãe apresenta uma atitude rejeitante, com comportamentos de zanga, humor irritável, oposição constante aos desejos da criança (Ainsworth et al., 1978). Segundo Main e Weston (1982), a aversão do olhar é uma forma subtil de evitamento.

Estudos mais recentes têm comprovado a importância da rejeição materna no desenvolvimento de padrão de vinculação evitante (Crittenden, 1981 citado por

Benavente, 2005), mostrando que mães maltratantes se revelam menos sensíveis, mais hostis, controladoras e fisicamente intervenientes que as mães não maltratantes.

As crianças do grupo C, com um padrão de vinculação inseguro-resistente/ambivalente, no momento de separação na situação estranha respondem de forma imediata e intensamente stressante, recorrendo na reunião a estratégias comportamentais de procura de proximidade e de resistência à interação e ao contacto (Ainsworth et al., 1978; Main et al., 1985). Estas crianças podem manifestar esta ambivalência, por exemplo quando são pegadas ao colo (Main & Weston, 1982).

As crianças do grupo B, vinculação segura, no episódio de separação na Situação Estranha apresentam formas de protesto, sobretudo na segunda separação, e quando a mãe regressa procuram a proximidade e o contacto físico, retomando depois a exploração do meio (Ainsworth et al., 1978; Sroufe & Waters, 1977).

Segundo Main, Hesse e Kaplan (2005), as crianças seguras são flexíveis na sua atenção, dependendo da situação em que se encontrem: a mãe é percebida como a base segura a partir da qual podem explorar o ambiente que as rodeia. As crianças evitantes, por sua vez, mantêm a sua atenção inflexível, longe de experiências de vinculação, e as crianças resistentes são inflexíveis na manutenção da sua atenção para os comportamentos de vinculação (Main et al., 2005).

As crianças inseguras que não apresentavam as características do grupo A nem do grupo C, eram originalmente designadas inclassificáveis (Main & Weston, 1981). Entretanto, com base em vários estudos empíricos, Main e Solomon (1990) introduziram um novo padrão de vinculação: grupo D, vinculação insegura desorganizada/desorientada. A desorganização ocorre como resposta a um conflito entre duas estratégias incompatíveis, podendo ocorrer uma perda ou interrupção prematura do comportamento de vinculação, ou uma activação simultânea de comportamentos contraditórios de procura e fuga, ou até de terror (Main & Solomon, 1990). Por isso, as crianças desorganizadas manifestam comportamentos contraditórios e bizarros, desprovidos de uma estratégia coerente para lidar com o stress de separação (Main & Solomon 1990).

Main e Hesse (1990) apontam o medo provocado pela figura de vinculação (mães maltratantes ou mães traumatizadas e/ou enlutadas, na maioria das crianças com padrão de vinculação desorganizado) como a origem do padrão de vinculação desorganizado, pois quando as crianças têm uma figura de vinculação que é também fonte de medo estão perante um conflito irresolúvel.

O estudo de Lyons-Ruth et al., 1997 citado por Van IJzendoorn, Schuengel & Bakermans-Kranenburg, 1999) verificou que as crianças do sexo masculino têm maior tendência a ter uma vinculação desorganizada. No entanto, de um modo global, os estudos não demonstram uma associação entre o sexo da criança e a desorganização (Van IJzendoorn et al., 1999).

Van IJzendoorn e colaboradores (1999), na meta-análise de vários estudos realizados sobre a distribuição de vinculação, descrevem que para a população de crianças norte-americanas de classe média, a maioria das crianças apresenta uma vinculação segura (62%). Relativamente aos padrões de vinculação inseguros organizados, os autores verificaram que 15% das crianças apresenta padrão de vinculação evitante e 9% padrão de vinculação ambivalente. O padrão de vinculação inseguro desorganizado verifica-se em 15% das crianças. Em amostras de crianças de famílias de classe baixa, a percentagem de crianças com padrão de vinculação desorganizado atinge os 25%.

Numa abordagem global da influência da vinculação no funcionamento humano, vários estudos sugerem uma associação forte entre a segurança na vinculação e a qualidade de relações posteriores (Ainsworth et al., 1978), na resolução de problemas escolares (Wartner, Grossmann, Fremmer-Bombik & Suess, 1994), menor dependência dos professores (Sroufe, Fox & Pancake, 1983), resiliência e ajustamento da criança (Grusec & Lytton, 1988 citados por Schneider, Atkinson e Tardif, 2001), e em tarefas socioemocionais e cognitivas, na infância e na idade adulta (Ainsworth et al., 1978; Main & Cassidy, 1988; Weinfield, Sroufe, Egeland & Carlson, 1999).

Por outro lado, problemas na organização das relações de vinculação estão associados a problemas comportamentais e de saúde mental, em crianças e adultos (Lyons-Ruth & Jacobvitz, 1999; George & Solomon, 1999).

1. 3. Representações de vinculação

Na relação com a sua figura de vinculação primária, normalmente a mãe, a criança adapta o seu comportamento a partir das possibilidades que crê ter de conseguir contacto com essa figura (Main et al., 1985). Neste sentido, uma criança deixa de procurar ser protegida e tranquilizada quando deixa de acreditar na possibilidade de uma resposta materna sensível (Main et al., 1985).

De um modo mais global, a criança desenvolve modelos mentais das relações que experimenta, que incluem um componente afectivo e um componente cognitivo, e que a

ajudam a interpretar e prever os comportamentos dos outros (Bretherton, 1992). Para designar estes modelos mentais, Bowlby (1973) utiliza o conceito de modelo de funcionamento interno. Segundo o autor, as representações mentais não são simples imagens, mas sim produto de uma construção activa pelo sujeito, e o seu desenvolvimento pode assemelhar-se aos processos de assimilação e acomodação, de Piaget (Bowlby, 1973, Bretherton, Ridgeway & Cassidy, 1990).

A criança constrói modelos complementares de si e da figura de vinculação (Main et al., 1985; Main & Cassidy, 1988), pois o primeiro diz respeito ao reconhecimento de si como mais ou menos merecedor de amor, e o segundo reflecte a percepção da sensibilidade e da capacidade de resposta às suas necessidades de vinculação (Bretherton et al., 1990).

No final do primeiro ano de vida, as crianças conseguem já pensar no comportamento provável da figura de vinculação, no segundo e terceiro anos de vida a informação relativa ao cuidador existe já numa forma esquemática, e aos três anos de idade a criança tem uma compreensão mais clara da sequência das suas rotinas (ver Bretherton et al., 1990). Na base da organização dos modelos de funcionamento interno está a capacidade de abandonar ou ajustar os seus próprios objectivos para se adequar ao outro, quando for necessário (mecanismo de parceria corrigida quanto ao objectivo), que é um bom indicador de segurança na vinculação, aos 3-4 anos de idade (Bretherton & Munholland, 1999).

A mudança nos modelos de funcionamento interno depende da sua flexibilidade, que está associada aos padrões de vinculação (Bowlby, 1988). Segundo Crittenden (1990) modelos “abertos” estão disponíveis para novas interpretações, enquanto que modelos “fechados” tendem a interpretar a realidade com o modelo existente. Neste sentido, crianças seguras são mais flexíveis na relação com os outros, e têm maior facilidade em actualizar os seus modelos internos de si e dos seus cuidadores (Bowlby, 1988). Por sua vez, crianças com uma vinculação insegura têm maior dificuldade de actualização dos modelos de funcionamento interno (Crittenden, 1990).

Tendo em consideração que novas experiências são interpretadas de acordo com experiências anteriores (Schneider et al., 2001), as respostas da criança a novos padrões de relação podem ser reveladoras de padrões de comportamento, crenças e sentimentos da criança construídos na relação com as figuras primárias (Main et al., 1985; Howes, 1999; Bretherton & Munholland, 1999). Especificamente, crianças que têm pais inseguros evitantes têm mais dificuldade na responsividade social, expressam pouca

empatia e estabelecem relações com os outros numa expectativa de hostilidade por parte dos outros (Main & Weston, 1982). Apesar disso, indivíduos com padrão de vinculação evitante tendem a idealizar as relações com os seus pais (Bretherton et al., 1990).

Por outro lado, as crianças com uma vinculação segura comunicam mais, expressam empatia pelos outros, são flexíveis nas relações que estabelecem com os outros, e vêem as suas figuras de vinculação como figuras boas, mas não perfeitas (Main et al., 1985).

Da mesma forma, nos indivíduos adultos, enquanto pais, a representação mental que têm das suas experiências de vinculação na infância influencia de modo significativo a qualidade da vinculação dos seus filhos (Main et al., 1985; Van IJzendoorn, 1995; Howes, 1999). De acordo com Van IJzendoorn (1995), representações inseguras da mãe estão associadas a respostas pouco sensíveis e a uma vinculação insegura na criança, o que permite compreender a transmissão de padrões de vinculação (Bowlby, 1973).

1. 4. Avaliação da vinculação

Para a avaliação dos padrões de vinculação na infância existe um conjunto de técnicas, baseadas em pressupostos e procedimentos diferentes. Nomeadamente, existem técnicas de avaliação dos padrões de vinculação e das representações de vinculação. Particularmente, existem técnicas de observação de episódios de separação – reencontro, relatos de outros e auto-relato, dos quais podem referir-se alguns exemplos.

A Situação Estranha (Ainsworth et al., 1978), já referida anteriormente é um procedimento de avaliação da vinculação a partir da observação de episódios de separação – reencontro. Main e Cassidy (1988) criaram um procedimento semelhante, de observação de episódios de 3 a 5 minutos, seguido de uma hora de separação e de nova reunião, para crianças de idade escolar.

O Attachment Q-Set (Waters & Deane, 1985; Waters, 1995) é exemplo de uma técnica de avaliação da vinculação a partir do relato de outros. Esta técnica consiste num inventário para avaliar a existência e a segurança na vinculação em crianças entre os 10 meses e os 3 anos, a partir de uma escala contínua, numa distribuição normal de um conjunto de itens. Este Q-Set, apesar de não ter uma utilização prática, apresenta a vantagem de se basear na observação de situações quotidianas, e não numa situação laboratorial (Rutter & O'Connor, 1999).

Dias, Soares e Freire (2002) criaram uma escala multidimensional de percepção materna do comportamento de vinculação aos seis anos, que consiste na resposta da mãe a três subescalas correspondentes a três dimensões do desenvolvimento da vinculação: auto-regulação emocional, comportamento base segura e partilha de afecto. Os mesmos autores criaram uma escala semelhante para professores, para avaliação da vinculação de crianças aos seis anos (Dias, Sores & Freire, 2004).

Para avaliar as representações mentais da vinculação, com o pressuposto de que estas reflectem a organização de vinculação da criança (Target, Fonagy & Shmueli-Goetz, 2003), existem técnicas semi-projectivas e projectivas (Slough e Greenberg, 1990, citados por Guedeney & Guedeney, 2004); fotos de família e desenhos (Main et al., 1985); tarefas de completamento de histórias. Nomeadamente, pode referir-se a tarefa de completamento de histórias de Bretherton e colaboradores (1990), para crianças entre os três e os seis anos, e a versão adaptada dessa tarefa, para crianças até aos 12 anos (Granot & Mayseless, 2001). Estas tarefas consistem num procedimento semi-estruturado, com recurso a figuras representativas da família, que procura aceder aos modelos de funcionamento interno, isto é, aos pensamentos e sentimentos das crianças no que concerne às suas relações emocionais significativas (Oppenheim, Emde & Warren, 1997). Solomon, George e DeJong (1995 citados por Toth, Cicchetti, Macfie, Maughan & Vanmeenen, 2000) fundamentaram que a organização da vinculação está relacionada com as representações avaliadas nas narrativas, uma vez que a classificação das narrativas é concordante com a classificação de padrões de vinculação, a partir de episódios de reunião. Nomeadamente, a investigação evidencia que, na resposta à tarefa de completamento de histórias, comparativamente com crianças inseguras, crianças seguras em idades pré-escolar e escolar constroem narrativas com uma figura materna mais clara, directa, positiva e apoiante, e com uma representação positiva de si, como alguém que é amado e valorizado (Cassidy, 1988). Além disso, as crianças seguras brincam com facilidade e constroem narrativas espontaneamente, são capazes de simbolizar estados emocionais, com uma atitude construtiva perante os problemas (Bretherton, 1990; Benavente, Justo & Veríssimo, 2009). As crianças evitantes são relutantes no brincar e na representação de narrativas, evitando os temas relacionados com a vinculação e a fonte de stress. Por outro lado, as crianças ambivalentes tendem a focalizar as emoções negativas, não reagindo de modo construtivo na resolução de problemas (Bretherton, 1990; Benavente et al., 2009). As narrativas de crianças desorganizadas contêm finais catastróficos e bizarros, com exercício de uma disciplina

exagerada e violenta, e muitas vezes com funções parentais atribuídas às crianças (Bretherton, 1990)

A segurança da vinculação, avaliada a partir de tarefas de completamento de histórias está relacionada também com variáveis intelectuais, de personalidade, familiares, de comportamento (Bretherton et al., 1990; Toth et al., 2000). Em crianças pré-escolares, problemas de externalização do comportamento aparecem negativamente associados a narrativas coerentes e com temas pró-sociais, e positivamente correlacionados com narrativas com temas de agressividade. As crianças que têm uma representação materna mais positiva, com mais disciplina, apresentam menos problemas de comportamento. (Oppenheim et al., 1997).

1.5 Maus-tratos, acolhimento institucional e vinculação

1.5.1 Maus-tratos

Os maus-tratos na infância envolvem um desvio significativo em relação ao ambiente expectável (Rogosch et al., 1995). Segundo Magalhães (2004) os maus-tratos são “qualquer forma de tratamento físico e/ou emocional, não accidental e inadequado, resultante de disfunções e/ou carências nas relações entre crianças ou jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e/ou poder” (p. 33). Os maus-tratos podem classificar-se em diferentes categorias: maus-tratos físicos, maus-tratos psicológicos (ou emocionais), abuso sexual, negligência e abandono (Martins, 2002). Parece ser pouco frequente a ocorrência de casos puros (Belsky, citado por Martins, 2002), registando-se um alto nível de co-morbilidade dos diferentes tipos de maus-tratos. Em Portugal, os maus-tratos são maioritariamente casos de abandono e negligência, e atingem crianças de ambos os sexos, provenientes de todos os meios sociais (Alves, 2007).

Relativamente à influência dos maus-tratos na vinculação, vários estudos empíricos mostram que crianças maltratadas têm maior probabilidade de desenvolver padrões de vinculação inseguros (Toth et al., 2000; Benavente et al., 2009) e desorganizados (Carlson et al., 1989; George & Solomon, 1999; Barnett, Ganiban, & Cicchetti, 1999). Segundo a análise de vários estudos efectuada por Van IJzendoorn e colaboradores (1999), em crianças maltratadas os padrões de vinculação inseguros organizados registam 35 % das crianças, sendo que 23% tem padrão evitante e 12% tem vinculação

ambivalente. Relativamente ao padrão de vinculação desorganizado, a percentagem chega aos 51%. Já o padrão de vinculação seguro ocorre apenas em 17% dos casos (ver Van IJzendoorn et al., 1999).

Finzi e colaboradores (2001 citado por Marques, 2006), compararam um grupo de crianças maltratadas com um grupo de crianças negligenciadas, evidenciando que crianças maltratadas revelam padrões de vinculação evitante enquanto que crianças negligenciadas apresentam padrões de vinculação ansioso/ambivalente. No entanto, uma vez que, como referido, verifica-se muitas vezes co-existência de vários tipos de maus-tratos, é difícil estabelecer diferenças na vinculação entre crianças maltratadas e negligenciadas (Benavente et al., 2009).

Relativamente às representações que as crianças têm de si próprias e das suas figuras cuidadoras, os maus-tratos infantis têm um impacto negativo, consistente com a teoria da vinculação (Toth et al., 2000). Atendendo à complementaridade dos modelos de funcionamento interno de si e da figura de vinculação, uma criança que tem uma figura de vinculação que a rejeita e maltrata, desenvolve, normalmente, uma representação negativa da mesma, e também de si própria, como alguém que não merece ser amado (Crittenden, 1990). As crianças maltratadas evidenciam afecto negativo face à sua imagem no espelho, falam menos sobre si, especialmente sobre aspectos negativos (Schneider-Rosen & Cicchetti, 1991), têm menor percepção de competência, a nível físico, e de aceitação social (Barnett et al., 1996 citados por Toth et al., 2000).

A investigação realizada na área das representações mentais e das narrativas, com uso da tarefa de completamento de histórias de Bretherton e colaboradores (1990), com amostras normativas e com amostras de crianças maltratadas e crianças não maltratadas, evidenciou que este procedimento é apropriado para crianças maltratadas (Macfie et al., 1999; Toth *et al.*, 2000; Benavente et al., 2009).

Nas narrativas de crianças maltratadas emergem temas de conflito, representações maternas e do self negativas, expectativas negativas de relações interpessoais e dificuldades na resolução de problemas relacionais (Toth et al., 2000; Benavente et al., 2009). Além disso, nas narrativas de crianças maltratadas, muitas vezes, perante figuras parentais pouco responsivas, é a própria criança que intervém na situação para aliviar o sofrimento das personagens, e responder ao stress dos pais, num papel invertido (Macfie et al., 1999).

Estes dados são concordantes com a teoria da vinculação, com a complementaridade das representações de si e do outro, evidenciando a perspectiva negativa que estas

crianças têm do seu mundo relacional, e os modelos de funcionamento interno que constroem, relativamente a si como não merecedoras de amor, e dos outros como indisponíveis (Toth et al., 2000).

Por outro lado, as crianças maltratadas também podem formar defensivamente uma imagem de um self grandioso (Vondra *et al.*, 1989, 1990 citado por Toth et al., 2000; Toth et al., 2000), o que aponta para um padrão de vinculação desorganizado, com modelos de self incompatíveis (Toth et al., 2000; Solomon & George, 1999).

No que respeita à estabilidade das representações do self e do outro, em crianças maltratadas, algumas investigações mostraram estabilidade na insegurança e instabilidade na segurança, enquanto em crianças não maltratadas acontece o inverso (Cicchetti & Barnett, 1991 citado por Toth et al., 2000). Segundo Crittenden (1990) as crianças maltratadas constroem modelos de uma realidade distorcida, que podem transformar-se em modelos distorcidos se forem aplicados a realidades mais normativas.

1.5.2 Acolhimento institucional

Em Portugal, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro) considera a ocorrência de maus-tratos como uma situação de perigo, que legitima uma intervenção específica para promoção dos direitos e protecção da criança ou jovem em perigo. O acolhimento institucional constitui-se, assim, como uma das respostas de intervenção social e judicial junto de crianças e jovens em perigo, cuja família de origem não presta os cuidados necessários, retirando a criança da família de origem, e proporcionando a satisfação das necessidades da criança (Alves, 2007; Tizard & Tizard, 1974). Nestes casos, as instituições assumem as responsabilidades educativas ao nível jurídico, moral, social e escolar (Alves, 2007).

O acolhimento institucional em Portugal assenta no princípio da transitoriedade, sendo necessário realizar as acções e esforços necessários para (re)integrar a criança na sua família de origem, ou numa família substituta (Colen et al., 2005).

As políticas mais relevantes para o bem-estar da criança mudaram bastante, desde os primeiros escritos de Bowlby (Rutter & O'Connor, 1999). O relatório de Bowlby (1952), da OMS, conduziu a um relevante impacto nas políticas de cuidados e atenção às crianças (Rutter & O'Connor, 1999), considerando três noções-chave para a prestação de cuidados em meio institucional: a continuidade, a disponibilidade e a sensibilidade da resposta (Bowlby, 1952). As instituições de acolhimento melhoraram

consideravelmente no que respeita a condições de higiene, alimentação, conforto e cuidados de saúde, a par de uma crescente preocupação com o desenvolvimento físico, motor e intelectual das crianças acolhidas (Damião da Silva, 2004).

A retirada de uma criança da sua família de origem tem várias implicações, tanto positivas como negativas. Nomeadamente, a retirada constitui-se como uma forma de protecção da criança, perante o risco em que se encontra, proporciona um contexto mais estruturado e organizado (Zurita & del Valle, 2005 citado por Marques, 2006), para o desenvolvimento físico, psicológico e equilíbrio emocional da criança (Alves, 2007), e permite à sua família um tempo mais disponível para se organizar (Marques, 2006). Neste sentido, e uma vez que a institucionalização pode ter consequências quer positivas, quer negativas, é difícil estabelecer uma relação clara entre o tempo de acolhimento e as consequências na vida da criança, a vários níveis.

Por outro lado, vários estudos apontam para as consequências negativas que a separação das crianças da sua família tem, a nível do seu desenvolvimento, nomeadamente a nível emocional, cognitivo e comportamental (Bowlby, 1973; Roy et al., 2000; Sloutsky, 1997; Vorria et al., 2003). O estudo de Sloutsky (1997) verificou que as crianças acolhidas mais tardiamente e que tivessem um tempo de acolhimento mais longo apresentavam níveis de desenvolvimento mais baixos, respostas menos empáticas face aos outros.

No entanto, Damião da Silva (2004) refere que quando as crianças são reintegradas, depois de um período de acolhimento institucional, num meio familiar que proporcione uma vivência equivalente ou inferior à que era proporcionada pela instituição, as sequelas de desenvolvimento podem manter-se ou agravar-se, nomeadamente nas dimensões cognitiva e linguística. Neste sentido, o acolhimento institucional pode ser, muitas vezes vantajoso para o próprio desenvolvimento da criança (Damião da Silva, 2004). O autor salienta, contudo, que nos domínios social e afectivo, o desenvolvimento das crianças acolhidas se encontra mais comprometido, tanto a curto como a médio prazo (Damião da Silva, 2004). Neste sentido, a investigação continua a procurar compreender o impacto da privação grave de cuidados parentais e de outros distúrbios relacionados com a vinculação (O'Connor, Bredenkamp & Rutter, 1999).

Da análise efectuada por Van IJzendoorn e colaboradores (1999), verifica-se que, em meio institucional, a distribuição de vinculação é diferente da encontrada em amostras normativas. Especificamente, em meio institucional verifica-se que apenas 17% das crianças apresenta uma vinculação segura, 5% uma vinculação evitante, 5%

ambivalente e 73% desorganizado. Deste modo, verifica-se que, comparativamente com crianças maltratadas, integradas em meio familiar, e percentagem de crianças com padrão de vinculação desorganizado é consideravelmente maior no meio institucional (Van IJzendoorn et al., 1999)

O estudo de Hodges e colaboradores (Hodges, Steele, Hillman, Henderson & Kaniuk, 2003, citado por Marques, 2006), que avalia as representações de vinculação de crianças maltratadas, integradas em meio institucional, e que foram depois integradas em famílias adoptivas revela que as crianças que foram adoptadas mais tardiamente apresentavam uma vinculação mais insegura, tendo narrativas bizarras e desorganizadas, onde estavam frequentemente presentes temas de omissão de ajuda, negligência e falta de alívio da tensão relativamente às figuras parentais, bem como conteúdos agressivos, catastróficos, de morte ou perda. Neste sentido, o estudo verificou que quanto mais longo for o período de acolhimento, maior será a dificuldade da criança de alterar as suas representações internas face a um sistema de vinculação abusivo e desorganizado (Hodges et al., 2003 citado por Marques, 2006). No mesmo sentido, Shechory e Sommerfeld (2007 citados por Marques, 2006) mostraram que crianças que são acolhidas com idade mais tardia, nomeadamente superior a 7 anos, apresentam maiores níveis de ansiedade, depressão e problemas sociais, e que um período prolongado de acolhimento (superior a 2 anos) acarreta níveis mais elevados de ansiedade e depressão.

Segundo alguns estudos, as crianças acolhidas em meio institucional têm maior tendência a desenvolver perturbações da vinculação (Zenah, 1996; O'Connor et al., 1999), nomeadamente a perturbação reactiva da vinculação do tipo desinibido, também frequentemente designada como vinculação difusa, sociabilidade indiscriminada, dificuldade em estabelecer vinculações selectivas (O'Connor et al., 1999). Esta perturbação caracteriza-se por uma aparente amizade indiscriminada, procura de proximidade em situações de stress com pessoas com quem não têm uma relação próxima, apesar de a aproximação não ser igual à aproximação de pessoas familiares (O'Connor et al., 1999).

No entanto, relativamente à amizade indiscriminada evidenciada por crianças acolhidas em meio institucional, Albus e Dozier (1999) afirmam que estes comportamentos podem ser reacções a situações traumáticas, pelo que o estabelecimento de relação da criança com um novo cuidador pode reactivar as vivências traumáticas anteriores. McLean (2003, citado por Marques, 2006) refere que

este é um comportamento que parece ter uma função adaptativa neste contexto, permitindo à criança aderir à prestação de cuidados pelos adultos cuidadores.

O factor que mais se relaciona com o aparecimento de perturbações da vinculação é a falta de consistência e responsividade das figuras de referência (Rutter & O'Connor, 1999).

Atendendo às características do comportamento e aos sintomas que as crianças nesta situação evidenciam, existem explicações alternativas, como os maus-tratos (Zenah, 1996), ou a prestação de cuidados por vários cuidadores profissionais, num regime rotativo. Por estes motivos, e uma vez que os problemas ao nível da vinculação estão dependentes da história de vida anterior ao acolhimento (Rutter & O'Connor, 1999), o diagnóstico de perturbação da vinculação em crianças institucionalizadas permanece ainda incerto (O'Connor et al., 1999).

Relativamente às relações que as crianças institucionalizadas estabelecem com os cuidadores profissionais, Lis (2003 citado por Marques, 2006) verificou que todas as crianças acolhidas em meio institucional formavam vinculações inseguras, na maioria ambivalentes, com os seus cuidadores substitutos. Contudo, a relação com os adultos cuidadores pode ser também positiva, no sentido em que podem ter um papel fundamental na reparação de experiências traumáticas anteriores (Damião da Silva, 2004). Além disso, estas relações substitutas têm uma função organizadora do ambiente social e de aprendizagem (Howes, 1999), permitindo uma remissão de alguns atrasos de desenvolvimento e de dificuldades ao nível de relações sociais, quando as crianças são depois integradas em famílias adoptivas (Lis, 2003 citado por Marques, 2006).

Apesar de os estudos realizados nesta área indicarem que a formação de relações de vinculação com cuidadores profissionais é semelhante à formação da relação de vinculação entre a mãe e a criança, e que as crianças tratam estes cuidadores profissionais como uma categoria alternativa de relações de vinculação, há ainda, por parte dos investigadores, alguma resistência em incluir os cuidadores profissionais na categoria de figuras de vinculação, não sendo conhecido ainda o modo como a criança lida com as perdas dos cuidadores profissionais (Howes, 1999).

A manutenção das relações de vinculação com as figuras da família biológica é outro tema que suscita várias dúvidas por parte dos investigadores na área da vinculação.

Os estudos realizados em Israel com crianças de kibutzim, que são cuidadas diariamente por cuidadores profissionais e mantêm um contacto reduzido com os pais (algumas horas por dia, e um dia inteiro por semana), mostram que os pais continuam a

ser as principais figuras de vinculação da criança (Bowlby, 1969). Estes dados são entendidos com base na hipótese de que, uma vez que têm que prestar cuidados diários a muitas crianças, os cuidadores têm pouco tempo disponível para uma atenção individualizada a cada criança, e às suas necessidades de vinculação (Bowlby, 1969). Apesar das melhorias que se verificaram nas instituições, o regime de rotatividade dos cuidadores e o reduzido envolvimento emocional na relação com as crianças, continuam a ser factores de influência nas relações que a criança estabelece (Vorria et al., 2003).

A vinculação tornou-se, em situações de acolhimento institucional e maus-tratos infantis, um importante factor de decisão para planear e implementar a intervenção (Byrne et al., 2005). Nomeadamente, já não se pressupõe que a mãe biológica é a prioridade, e os tribunais tomam em consideração a qualidade da relação entre o cuidador e a criança, e a necessidade de continuidade dessa relação (Rutter & O'Connor, 1999).

Os profissionais que trabalham na área de acolhimento institucional têm de definir e promover intervenções para a concretização do projecto de vida mais adequado para cada criança. Para isso, consideram vários factores, como as necessidades da criança, as condições e necessidades da família, a relação da criança com a família, tendo em vista a concretização do projecto de vida mais adequado para cada criança.

Deste modo, atendendo à importância fundamental do tema da vinculação nesta área, o presente estudo vai ao encontro de uma necessidade muito concreta e pertinente: avaliar a vinculação da criança institucionalizada com a sua figura familiar de referência. O conhecimento das características desta relação poderá fornecer indicações úteis para uma intervenção mais adequada, de acordo com o projecto de vida da criança, seja reintegração familiar, integração numa família adoptiva, ou outro. Este estudo compreende a construção e aplicação de um inventário de avaliação da vinculação, a partir da observação da interacção da criança com a figura familiar.

Para obter dados de validade do inventário, e conseguir uma caracterização da vinculação de crianças institucionalizadas, este estudo inclui também a utilização da versão adaptada da tarefa de completamento de histórias (Attachment Doll Story Completion Task – ASCT, Bretherton et al., 1990), para crianças de idade escolar (Granot & Mayseless, 2009). Esta prova permitiu a comparação da vinculação em meio institucional com uma amostra de meio familiar.

2.3 Objectivos

O principal objectivo deste estudo é a construção e aplicação de um inventário de avaliação crianças institucionalizadas, relativamente à sua figura familiar de referência. A aplicação de uma tarefa de completamento de histórias, para avaliação dos padrões da vinculação, permitiu obter dados de validade para o inventário, e ainda realizar uma caracterização da distribuição de vinculação em crianças institucionalizadas, comparando-as com uma amostra de criança integradas em meio familiar. As questões e hipóteses de investigação apresentadas em seguida especificam estes objectivos.

2.4 Questões e Hipóteses de investigação

Relativamente ao inventário construído para avaliação da relação de vinculação entre uma criança institucionalizada e a sua figura familiar de referência, o carácter exploratório da análise apenas permite a formulação de questões de investigação. No que respeita aos dados da tarefa de completamento de histórias, a investigação já existente permite formular algumas hipóteses. Assim sendo, apresentam-se, de seguida as questões de investigação para este estudo, acompanhadas, quando possível, das hipóteses esperadas:

Q1: Qual a distribuição de vinculação de crianças institucionalizadas?

H1: Espera-se, de um modo global, que a maioria das crianças apresente uma vinculação desorganizada (Vorria et al., 2003). De acordo com a análise efectuada por Van IJzendoorn e colaboradores (1999) podem considerar-se como referência as seguintes percentagens: 17% de crianças com vinculação segura, 5% com vinculação evitante, 5% com vinculação ambivalente e 73% com vinculação desorganizada.

Q2: Existe alguma relação entre o sexo da criança e o padrão de vinculação?

H2: Pode considerar-se a hipótese, ainda que não seja muito relevante na investigação existente, de que o padrão de vinculação desorganizado estará presente com maior frequência em crianças do sexo masculino (Lyons-Ruth et al., 1997 citado por Van IJzendoorn et al., 1999)

Q3: Existe alguma relação entre o tempo de acolhimento da criança e o padrão de vinculação da criança?

Q4: Existe alguma relação entre a idade da criança e o padrão de vinculação?

Q5: Existem diferenças entre a vinculação de crianças em meio institucional e em meio familiar?

H3: Atendendo à investigação existente, espera-se que as crianças em meio institucional apresentem menor percentagem de vinculação segura, e maior percentagem dos padrões de vinculação inseguros, particularmente do desorganizado (Van IJzendoorn et al., 1999)

Q6: Os cuidadores das crianças nos lares têm oportunidade de observar comportamentos suficientes para fazer uma avaliação do padrão de vinculação da criança?

Q7: Quais as escalas do IOVCI (de acordo com a análise factorial)?

Q8: Qual o grau de validade dos dados fornecidos pelo inventário?

2.5 Estratégia metodológica

2.5.1 Selecção da amostra

A amostra foi constituída por crianças institucionalizadas em Lares de Infância e Juventude da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Tinha um total de 40 crianças, das quais 27 (67.5%; $N = 27$) eram do sexo masculino e 13 (32.5%; $N = 13$) do sexo feminino. Os sujeitos apresentavam idades compreendidas entre os 4 e os 11 anos ($M = 7.32$; $DP = 2.08$).

O motivo de acolhimento de todos os sujeitos da amostra enquadrava-se na problemática dos maus-tratos, e o tempo de acolhimento das crianças variava entre 0.82 anos e 6.48 anos ($M = 2.02$; $DP = 1.33$). O(a) psicólogo(a) de cada lar identificou, entre

as relações da criança com figuras da família de origem a principal figura de vinculação. No total da amostra 32.5% ($N = 13$) das crianças tinham o pai e 67.5% ($N = 27$) das crianças a mãe, como figuras de vinculação.

Para a comparação da vinculação de crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar, procedeu-se à organização de uma amostra emparelhada com sujeitos da amostra do presente estudo com sujeitos de uma amostra de um estudo (Sá, 2010) realizado com utilização do mesmo instrumento de avaliação da vinculação, a versão adaptada da tarefa de completamento de histórias (Granot & Mayseless, 2009). A amostra de meio familiar era constituída por crianças entre os 6 e os 11 anos, do 1º ao 4º ano de escolaridade de uma escola pública do 1º Ciclo do concelho de Lisboa.

O emparelhamento da amostra ($N=18$) foi feito de acordo com as variáveis idade e sexo. A idade das crianças desta amostra emparelhada estava compreendida entre 6 anos e 11 anos ($M = 8.28$; $DP = 1.32$). Relativamente ao sexo, 66.7% ($N = 12$) eram do sexo masculino e 33.3% ($N = 6$) do sexo feminino. A figura de vinculação não foi tomada como critério para a amostra emparelhada, uma vez que o número de sujeitos com figura de vinculação mãe/pai era semelhante nas duas amostras, e a consideração deste critério para o emparelhamento diminuiria o tamanho da amostra emparelhada.

2.5.2 Instrumentos

A. Versão adaptada da Attachment Doll Story Completion Task (Bretherton et al., 1990) para a idade escolar (Granot & Mayseless, 2009)

A Attachment Story Completion Task (Bretherton et al., 1990) foi criada com o objectivo de avaliar as representações da vinculação de crianças com idades compreendidas entre os três e os seis anos, através de um procedimento semi-estruturado de jogo com bonecos representativos da família, a partir de um conjunto de cinco histórias, que permitem realçar as diferenças individuais relativamente a alguns temas relacionados com a vinculação (Bretherton et al., 1990). A aplicação da prova inicia com uma história introdutória sobre uma festa de aniversário, com o objectivo de familiarizar a criança com a metodologia. De seguida, são apresentadas cinco inícios de histórias, e encoraja-se a criança a encenar a sua continuação dizendo: “*Mostra-me o*

que acontece a seguir”. As cinco histórias organizam-se da seguinte forma: (1) O Sumo Entornado, (2) O Joelho Magoado, (3) O Monstro no Quarto, (4) A Partida e (5) O Reencontro. A primeira história tem como objectivo avaliar a relação de autoridade que a figura de vinculação tem com a criança. A história do Joelho Magoado permite verificar a existência ou ausência de comportamentos protectores por parte da figura de vinculação, perante a dor e o choro da criança magoada. Na história do Monstro no Quarto, o medo é o elemento activador do comportamento protector e de vinculação. A história da Partida permite avaliar a forma como a criança lida com a ansiedade de separação. Por fim, a história do Reencontro, permite classificar o comportamento da criança perante o reencontro com a figura de vinculação.

O sistema de classificação original (Bretherton et al., 1990) incluía critérios separados para as respostas seguras e inseguras, baseados em análises de estrutura e de conteúdo para cada história.

Posteriormente, a adaptação da Attachment Doll Story Completion Task para crianças em idade escolar envolveu algumas alterações, quer ao nível do procedimento, para permitir a activação de sentimentos relacionados com a vinculação em crianças em idade escolar, quer ao nível dos critérios de codificação. No que respeita ao procedimento, na história do Monstro no Quarto, a referência ao “*monstro*” foi alterada para “*figura assustadora*”. Na história do joelho magoado, a criança cai e depois de dizer “*Magoei o meu joelho*”, acrescenta “*Está a deitar sangue*”. Na história da partida, o período de separação foi alargado para três dias e os irmãos mais velhos não aparecem nesta história, para não existir a possibilidade de funcionarem como figuras de vinculação alternativas. Além disso, a figura alternativa na história da partida é uma ama, e não a avó, como na versão original (Granot & Mayseless, 2001).

Relativamente aos critérios de codificação, na codificação individual de cada história, o codificador identifica se a representação de vinculação é segura ou insegura, em todas as histórias. Além disso, existem três escalas (de Likert, de 1 a 5; duas na história da partida e uma na história do reencontro): 1) modo como a criança lida com a ausência da mãe na história da partida, 2) relação estabelecida com a figura alternativa durante a ausência da mãe e 3) comportamento da criança durante o reencontro.

Na classificação global das histórias, o codificador utiliza dois métodos. O primeiro método é idêntico ao sistema original de Bretherton e colaboradores (1990) e consiste na classificação global do desempenho da criança como seguro (quando três ou mais histórias são classificadas como seguras) ou como inseguro (quando duas ou mais

histórias são classificadas como inseguras). O segundo método inclui a classificação em quatro protótipos de vinculação (análogos aos quatro padrões de vinculação), e é realizado em 2 fases: (a) Avaliar cada criança em termos do grau em que as suas histórias são características de cada um dos quatro protótipos usando uma escala de *Likert* de 1 a 5 (avaliação da semelhança em relação ao protótipo); (b) Enquadrar a criança num protótipo (classificação baseada no protótipo).

Os protótipos de vinculação encontram-se descritos com referência a quatro aspectos: expressão emocional, relação com o cuidador, representação das situações ameaçadoras e estrutura da narrativa.

B. Inventário de Observação de Vinculação em Crianças Institucionalizadas (IOVCI) com a sua figura familiar de referência

Este inventário foi construído no âmbito desta investigação. A elaboração dos itens baseou-se nos pressupostos da teoria da vinculação, atendendo aos contributos de diversos autores (e.g., Bowlby, 1969; Ainsworth et al., 1978; Ainsworth, 1989) e na análise de instrumentos já existentes (Waters & Deane, 1985; Waters, 1995; Dias, Soares & Freire, 2002, 2004).

Além disso, tendo em conta o objectivo do inventário, foram consideradas as especificidades do contexto de acolhimento institucional, nomeadamente as situações de visita dos familiares à criança, no lar. Isto porque este inventário se destina a ser preenchido a partir da observação da interacção da criança com a sua figura familiar de referência/figura de vinculação, e o contexto mais plausível para essa observação é a visita dessa figura à criança, no lar.

No sentido de apresentar a estrutura e objectivo do inventário, e explicitar o procedimento de reposta, foi elaborada uma folha inicial com essas informações. Essa folha inclui um espaço para identificação da criança e de alguns dados relevantes para os objectivos da presente investigação.

O inventário é constituído por duas partes. A primeira parte inclui uma escala sobre a possibilidade de observação do comportamento ou interacção descrito no item, permitindo avaliar se a pessoa que responde ao inventário teve oportunidades suficientes para observar as interacções ou comportamentos especificados, de modo a ter confiança na resposta ao item. Nesta primeira parte, o observador indica 1 – “Nunca,

se nunca houve possibilidade de observar o comportamento especificado”; 2 – “Raramente, se houve algumas ocasiões para observar o comportamento especificado, mas não em quantidade suficiente para ter confiança na resposta ao item” e 3 – “Frequentemente, se houve um número suficiente de oportunidades para observar o comportamento especificado e ter confiança na resposta ao item”.

A segunda parte do inventário implica a resposta do observador sobre a tipicidade do comportamento (o grau em que esse comportamento é característico da interacção entre a criança e a figura) de acordo com uma escala referenciada, de 5 pontos, frequentemente designada escala de Likert (Moreira, 2004). As possibilidades de resposta organizam-se da seguinte forma: 1 - Nada característico; 2 – Pouco característico; 3 – Medianamente característico; 4 – Muito característico; 5 – Extremamente característico. As instruções do inventário especificam que se o observador responde 1 na primeira parte, então não deve responder a esse item na segunda parte.

Uma vez que este inventário pretende ser utilizado para avaliar crianças entre os 4 e os 12 anos, e uma mesma característica pode manifestar-se através de diferentes formas de interacção em diferentes idades, os itens estão formulados de um modo geral, com referência a exemplos mais específicos. Por isso, de acordo com a idade da criança, os observadores devem considerar as formas de interacção mais reveladoras da característica mencionada no item. Por exemplo, o item “A figura aceita e reage positivamente ao contacto próximo (físico, emocional) com a criança (ex: aceita quando a criança pede colo, mostra-se interessada nas coisas que a criança conta)” especifica alguns exemplos, adequados a crianças mais novas, que pedem colo, e a crianças mais crescidas, para as quais a expressão verbal pode ser mais reveladora desta interacção.

2.6 Procedimentos

O início deste estudo envolveu um pedido de autorização para realização do estudo com recolha da amostra em Lares de Infância e Juventude da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). Depois do pedido ter sido autorizado, estabeleceu-se contacto com o psicólogo de cada lar, no sentido de perceber quais as crianças que estariam em condições de participar no estudo. Os critérios de selecção foram a idade e a situação actual de contacto com a família de origem. Deste modo, as crianças participantes no estudo teriam uma idade compreendida entre os 4 e os 12 anos, e um

contacto frequente com, pelo menos, uma figura da sua família de origem, entendida como a sua figura de vinculação.

Depois da selecção dos participantes, iniciou-se a fase de aplicação da versão adaptada da ASCT, para avaliação da vinculação da criança com a figura identificada pelo(a) psicólogo(a) do lar como a sua figura de vinculação. Esta fase decorreu nos meses de Maio, Junho e Julho de 2011, em nove Lares de Infância e Juventude da SCML. Nesta fase, aquando da aplicação da prova às crianças, foram distribuídos os inventários nos vários lares, fornecendo as indicações necessárias ao psicólogo do lar sobre os objectivos do estudo e o preenchimento do inventário. Estas indicações incluíam a necessidade da resposta ao inventário ser efectuada por dois observadores, elementos cuidadores da criança no lar que conhecessem a relação da mesma com a sua figura familiar de referência/ figura de vinculação. Nos casos em que a criança tinha mais do que uma figura de vinculação (pai e mãe), e em que poderia não ser claro para a pessoa que respondia ao inventário qual das relações avaliar, foi indicado nos inventários das crianças nesta situação a figura de vinculação identificada pelo(a) psicólogo(a) do lar. Este procedimento permitia garantir a avaliação da mesma relação de vinculação, em ambos os instrumentos.

Importa referir que não foi possível realizar um pré-teste do inventário, uma vez que isso implicava reduzir ainda mais a amostra disponível para realização do estudo.

Uma vez que não foi permitida a gravação da aplicação da ASCT, foi realizada, no momento de aplicação, a descrição escrita das respostas verbais e não-verbais da criança, relevantes para a posterior análise e codificação das narrativas.

Depois da codificação das provas, os dados foram introduzidos numa base de dados de SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences* (versão 18.0 para *Windows*). Os dados do inventário foram introduzidos na mesma base de dados, e realizaram-se os tratamentos estatísticos necessários, originando os resultados apresentados no capítulo seguinte.

3. Resultados

3.1 Dados obtidos com a Attachment Doll Story Completion Task (ASCT):

Para a análise dos resultados obtidos com a tarefa de completamento de histórias (Attachment Doll Story Completion Task – *ASCT*, consideraram-se as seguintes variáveis: A - classificação da vinculação, que indica com qual dos quatro protótipos de vinculação a criança tem maior semelhança; B - semelhança com o protótipo, que indica o grau de semelhança do comportamento da criança com cada um dos quatro protótipos; C - escalas: Escala 1 – Lidar com a separação da figura de vinculação (Sep); Escala 2 – Relação com a figura alternativa (Alt.); Escala 3 – Comportamento da criança durante o reencontro (Reenc.).

De acordo com os resultados da ASCT, do total de crianças da amostra ($N = 40$), 30% ($N = 12$) das crianças tem uma vinculação segura e 70% ($N = 28$) uma vinculação insegura. A Figura 2 apresenta a distribuição da vinculação pelos quatro protótipos: seguro, evitante, ambivalente e desorganizado.

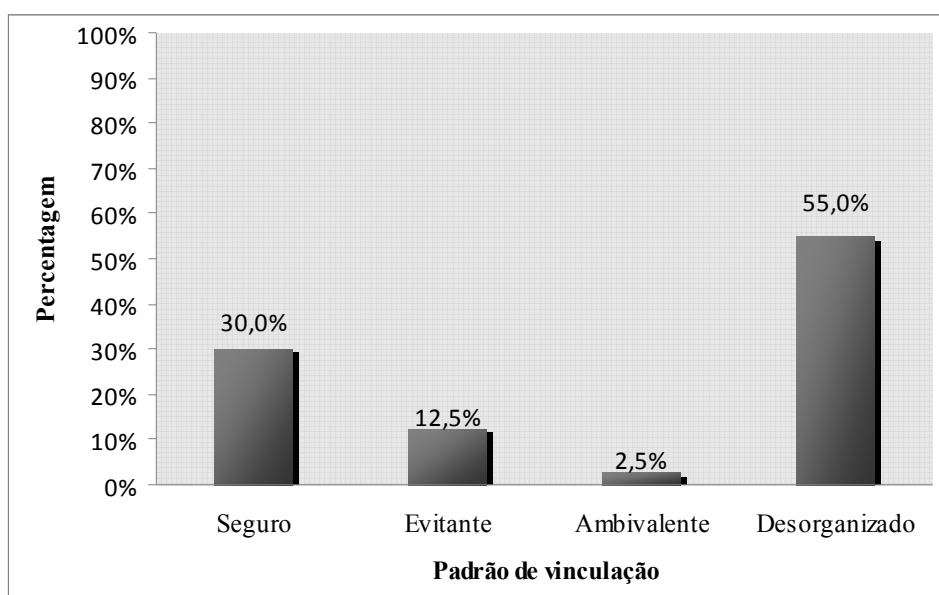


Figura 2. Distribuição da vinculação das crianças da amostra

Como é possível observar na figura, há uma predominância do padrão desorganizado, como seria de esperar numa amostra de crianças maltratadas. Pelo contrário, o padrão de vinculação seguro apresenta uma percentagem maior do que seria esperado para esta amostra. Relativamente aos padrões de vinculação inseguros

organizados, estes têm percentagens próximas do que a investigação revela para crianças em meio institucional.

Depois de conhecer a distribuição de vinculação na amostra, realizaram-se as análises necessárias para perceber se existe relação entre a vinculação e o sexo, o tempo de acolhimento e a idade da criança, respondendo às questões de investigação sobre estas variáveis.

Relativamente ao sexo da criança, a análise de independência com o teste do qui-quadrado demonstrou que a classificação de vinculação é independente do sexo da criança, $\chi^2(3, N = 40) = 2,48, p = 0,48$. As frequências observadas em cada padrão de vinculação e respectivas percentagens (apresentadas no Quadro 1) explicitam a inexistência de diferenças relevantes, na distribuição da classificação de vinculação por sexo.

Quadro 1. Distribuição da classificação da vinculação por sexo

	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	<i>N</i> = 27		<i>N</i> = 13	
	<i>N</i>	%	<i>N</i>	%
Seguro	8	29.6	4	30.8
Evitante	3	11.1	2	15.4
Ambivalente	0	0	1	7.7
Desorganizado	16	59.3	6	46.2

A relação entre o sexo e as variáveis semelhança com o protótipo e as três escalas da ASCT foi avaliada a partir de uma análise multivariada da variância (MANOVA). Apesar de a amostra não ter uma distribuição normal, facto que aponta para a utilização de testes não paramétricos, a utilização da MANOVA justifica-se pela possibilidade de análise das variáveis no seu conjunto, o que diminui a probabilidade de erro tipo I. Esta análise não se revelou significativa, para as variáveis consideradas em conjunto, $F(7, 32) = 1.41, p = .24$. No entanto, quando as variáveis são consideradas separadamente, verifica-se uma relação significativa para a Escala 2 – Relação com a figura alternativa, $F(1) = 6.30, p = .02$. Nesta escala, as raparigas apresentam, em média, uma pontuação mais elevada ($M = 3.31; DP = 1,12$) que os rapazes ($M = 2.44; DP = 0.97$).

No sentido de acautelar que os resultados obtidos não foram alterados devido à natureza paramétrica do teste, foram realizados testes não paramétricos, teste de Mann-Whitney, que apontaram para as mesmas conclusões que a MANOVA.

Para perceber se existe relação entre o tempo de acolhimento da criança e a vinculação com a figura de vinculação da família de origem (terceira questão de investigação) realizou-se uma análise de variância a um factor, que não foi significativa, $F(3, 36) = 0.53$ $p = .66$, o que indica que o tempo de acolhimento parece não ter influência na classificação de vinculação das crianças com a sua figura de vinculação da família de origem. Esta relação foi testada também através de um teste não paramétrico, Kruskal-Wallis, $\chi^2(3) = 2.64$ $p = .45$, que convergiu na mesma conclusão de que a diferença não é significativa.

Na análise da correlação entre o tempo de acolhimento e as variáveis semelhança com o protótipo e as três escalas da ASCT, verificou-se uma correlação significativa positiva com a escala 3 – Comportamento da criança durante o reencontro, $r_s = .31$ ($p = .05$). Esta correlação, embora seja fraca, pode indicar que quanto maior o tempo de acolhimento, melhor é o comportamento da criança durante o reencontro com a figura de vinculação.

No que respeita à relação entre a idade e a classificação de vinculação, a análise de variância a um factor revelou que existem diferenças significativas, $F(3, N = 40) = 2.88$ $p = .05$. O teste de Kruskal – Wallis foi igualmente significativo.

Numa análise mais informativa, com a semelhança com o protótipo e as três escalas da ASCT, verificaram-se as correlações apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2. Correlação da idade com a semelhança com o protótipo e as três escalas da ASCT

	Semelhança com o protótipo				Escalas		
	Seguro	Evitante	Ambiv.	Desorg.	Sep.	Alt.	Reenc.
Idade	.43**	.03	-.06	-.37*	.49**	.26	.48**

Nota. * $p < .05$ ** $p < .01$

De acordo com estas correlações, verifica-se que existem associações entre a idade e a vinculação. Nomeadamente, existe uma correlação significativa positiva entre a idade e a semelhança com o protótipo seguro, e as escalas 1 (Sep) e 3 (Reenc), Lidar com a

separação da figura de vinculação, e Comportamento da criança durante o reencontro, respectivamente. Verifica-se também uma correlação negativa significativa entre a idade e a semelhança com o protótipo desorganizado. Estas correlações sugerem que à medida que a idade aumenta, as crianças têm maior probabilidade de ter uma vinculação segura, lidam melhor com a ausência da mãe, e reagem com comportamentos mais positivos ao reencontro. Por outro lado, na amostra deste estudo, nas idades mais jovens é maior a probabilidade de encontrar crianças com uma vinculação desorganizada.

3.2 Comparação da vinculação em meio institucional e em meio familiar:

Para responder à quarta questão de investigação, ou seja, para averiguar qual a relação que existe entre a vinculação de crianças integradas em meio institucional e de crianças integradas em meio familiar, foram seleccionados sujeitos de uma amostra de cada um dos meios (a amostra do presente estudo e a amostra referida anteriormente, nos procedimentos), para construção de uma amostra emparelhada. O emparelhamento foi feito de acordo com o sexo e a idade da criança, para garantir homogeneidade na amostra emparelhada, nas variáveis referidas ($N = 18$).

Uma vez que a figura de vinculação (pai e mãe) tinha uma distribuição semelhante nas duas amostras, não foi feito o emparelhamento segundo esta variável, pois isso reduziria o número de casos, sem benefícios para os resultados.

Relativamente à variável classificação de vinculação, o teste de independência não foi significativo, o que indica que a classificação de vinculação é independente do meio em que a criança está integrada, $\chi^2(3, N = 36) = 4.89$ $p = 0.18$

Quadro 3. Comparação da classificação de vinculação de crianças em meio institucional e em meio familiar

	Meio da criança			
	Institucional		Familiar	
	$N = 18$		$N = 18$	
	N	%	N	%
Seguro	8	44.4	6	33.3
Evitante	3	16.7	8	44.4
Ambivalente	1	5.6	2	11.1
Desorganizado	6	33.3	2	11.1

O quadro anterior apresenta as percentagens de cada padrão de vinculação, no meio institucional e no meio familiar. Verifica-se que existem mais crianças com padrão de vinculação seguro no meio institucional. Este resultado, bem como a maior percentagem de crianças com padrão de vinculação evitante no meio familiar, pode estar relacionado com as características da amostra familiar: sujeitos provenientes de meios pouco favorecidos, com algum risco. Relativamente ao padrão de vinculação ambivalente não existem diferenças consideráveis entre as duas amostras. O padrão desorganizado tem uma percentagem mais elevada no meio institucional, como seria de esperar. Contudo, tendo em conta que as diferenças não foram significativas, e atendendo à dimensão da amostra, todas estas inferências são meramente especulativas. Além disso, a variável em questão é, como já referido anteriormente, pouco informativa.

No que respeita à semelhança com o protótipo e às três escalas da ASCT, a análise multivariada da variância com medidas repetidas, na amostra emparelhada, foi significativa, $F(7, 11) = 5.96$ $p = .005$, o que indica que existem diferenças significativas entre as duas populações das amostras analisadas: meio institucional e meio familiar. Mais uma vez, para prevenir que os resultados não foram alterados pelo carácter paramétrico do teste, estas variáveis foram também analisadas com um teste não paramétrico, teste de Friedman, que apontou igualmente para diferenças significativas entre as duas amostras.

A magnitude do efeito, medida através do coeficiente η (eta), apresenta um valor elevado (0.89), o que indica que a população à qual o sujeito pertence, ou seja, viver em meio familiar ou em meio institucional, tem um efeito relevante nos resultados que obtém na ASCT, nos níveis de semelhança com os protótipos de vinculação. É de assinalar que estes resultados indicam que as variáveis referidas, consideradas em conjunto, apresentam diferenças significativas entre as duas amostras, isto é, discriminam bem os dois grupos. No entanto, quando consideradas individualmente, os valores não atingem a significância, como se pode apurar no Quadro 4.

Quadro 4. Comparação das variáveis da ASCT de crianças em meio institucional e em meio familiar

Variáveis da ASCT	Meio da criança				<i>F</i>	<i>p</i>
	Institucional		Familiar			
	<i>N</i> = 18		<i>N</i> = 18			
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Semelhança com protótipo seguro	2.78	1.44	2.72	1.19	0.03	.87
Semelhança com protótipo evitante	3.28	0.96	2.83	1.33	1.64	.22
Semelhança com protótipo ambivalente	2.33	1.34	1.83	1.10	1.72	.21
Semelhança com protótipo desorganizado	2.33	1.64	1.72	1.11	1.69	.21
Escala 1 – Lidar com a separação da figura de vinculação	2.94	1.06	3.44	1.28	2.32	.15
Escala 2 – Relação com uma figura alternativa	2.89	1.18	3.11	1.17	0.70	.42
Escala 3 – Comportamento da criança durante o reencontro	2.61	0.98	3.14	1.18	2.82	.11

No sentido de confirmar estes resultados, e aferir a eficácia da ASCT na discriminação dos grupos das amostras (meio institucional e meio familiar), realizou-se uma análise discriminante. A função gerada pelo SPSS nesta análise, que permitiu classificar correctamente 88.9% dos casos originais, foi significativa, corroborando os resultados da análise multivariada com medidas repetidas, e evidenciando o poder discriminante da ASCT, $\chi^2(7) = 24.32$ $p = .001$. Ou seja, através dos resultados de uma criança nesta tarefa, nomeadamente na semelhança com o protótipo e nas três escalas, é possível perceber se pertence a meio familiar ou a meio institucional.

No entanto, quando analisadas individualmente, verifica-se que não há nenhuma variável significativa, isto é, não existe nenhuma variável que, individualmente, tenha capacidade discriminante, ou seja, que permita identificar qual o meio a que a criança pertence, meio institucional ou meio familiar. De acordo com os coeficientes padronizados da função discriminante (Quadro 5), as variáveis que parecem ser mais relevantes para a discriminação das duas amostras são a semelhança com o protótipo seguro, evitante e desorganizado.

Quadro 5. Coeficientes padronizados da função discriminante entre crianças em meio institucional e em meio familiar

Semelhança com o protótipo				Escala		
Seguro	Evitante	Ambiv.	Desorg.	Sep.	Alt.	Reenc.
2.60	1.97	0.55	1.70	-0.78	0.62	-0.16

Embora estes coeficientes permitam perceber em que medida a ASCT é adequada na distinção dos diferentes padrões de vinculação nas duas amostras, estes resultados devem ser interpretados com algumas reservas, dadas as limitações do estudo, nomeadamente, a aplicação e codificação da ASCT nas duas amostras por dois observadores diferentes e inexperientes. Este facto pode estar a interferir nestes resultados. Isto porque, como se pode observar no Quadro 4, a amostra de meio institucional tem, para todos os protótipos, médias mais elevadas, comparativamente com a amostra de meio familiar. Acontece a relação contrária nas três escalas, que têm médias mais altas na amostra de meio familiar, o que induz a considerar a influência de diferentes critérios nos dois observadores.

3.3 Dados do Inventário de Observação da Vinculação de Crianças Institucionalizadas (IOVCI) com a sua figura familiar de referência

3.3.1 Análise interna

A resposta à quinta questão de investigação envolveu o tratamento estatístico do inventário de observação da interacção de uma criança com a sua figura familiar de referência. As análises efectuadas são apresentadas e descritas neste ponto dos resultados.

Relativamente à primeira escala do inventário, que diz respeito às oportunidades que o observador considera que teve para observar o comportamento ou interacção descrito no item, foi necessário observar as frequências de cada resposta (1- Nunca, 2- Raramente e 3 – Frequentemente) em cada item, no conjunto dos dois observadores (Apêndice I). Compreende-se que existem itens que, atendendo à percentagem de respostas 3 (Frequentemente), expressam comportamentos ou interacções que são possíveis de observar com frequência, na interacção da criança com a sua figura familiar de referência/figura de vinculação. Nomeadamente, cerca de 58% dos itens foram

considerados como sendo possíveis de observar com frequência (resposta 3 – Frequentemente) por metade dos observadores, para todos os sujeitos da amostra.

Por outro lado, existem itens que para cerca de metade dos observadores desta amostra foram considerados como comportamentos que não são possíveis de observar no contexto dessa interação. Tendo em conta o objectivo desta investigação, importa referir especificamente estes itens, e apresentar a percentagem de respostas 1 (Nunca), isto é, a percentagem de observadores que revela não ser possível observar o comportamento ou interação enunciado no item. O item 44 – “Numa situação de alarme, a criança procura protecção junto da figura, se esta está disponível” apresentou 55% de respostas Nunca (1). Com 53% deste tipo de resposta, observam-se os seguintes itens: 18 – “Se, durante a visita, a figura abandona a sala sem se despedir da criança, esta mostra-se ansiosa com a situação”; 21 – “Quando a criança está numa situação de dificuldade/perigo, a figura procura ajudá-la/protegê-la”; 33 – “Se, durante a visita, a figura abandona a sala sem se despedir da criança, quando volta, a criança mostra desejo de proximidade com ela”. Ao item 22 – “Numa situação em que a criança está ansiosa, acalma-se quando a figura a reconforta”, 43% dos observadores respondeu Nunca (1) foi possível observar.

Na segunda escala do inventário, que indica quão característico da criança é o comportamento ou interação enunciado no item, verificou-se uma quantidade elevada de valores omissos (14.06%). Tendo em conta a reduzida dimensão da amostra, a exclusão dos itens omissos acarretaria mais fragilidade à análise factorial. Por este motivo, para rentabilizar os dados existentes, tornou-se necessário recorrer a uma técnica de substituição de dados omissos por imputação múltipla. Com este procedimento, os valores omissos são substituídos por valores gerados a partir de distribuições de probabilidade condicional. O processo de imputação múltipla utiliza o máximo de informação disponível sobre cada variável e permite a obtenção de múltiplas estimativas para cada valor omissos (Rose & Fraser, 2008). No caso desta investigação, a técnica originou cinco estimativas de resposta aos itens omissos. No sentido de utilizar resultados tão estáveis quanto possível, calculou-se a média das cinco estimativas, e esses resultados foram integrados na base de dados, substituindo os dados inicialmente omissos.

De seguida, realizou-se a análise factorial dos dados da segunda escala do inventário, para compreender quantos e quais os factores que influenciam o conjunto total de itens

($N= 45$). Apesar das fragilidades associadas à aplicação deste tipo de análise a uma amostra de dimensão reduzida, a sua utilização justifica-se pela possibilidade de identificar um conjunto de factores, que permita organizar o inventário em diferentes escalas, de acordo com o que pretendem avaliar.

Na fase inicial da análise factorial, através da análise do “teste do cotovelo” (scree plot; Moreira, 2004, pp. 432-436), consideraram-se sete factores para interpretação. Estes factores foram interpretados a partir da matriz rodada com o critério Varimax. O Quadro 6 apresenta esta matriz. Para não sobrecarregar o quadro com informações excessivas e o tornar demasiado longo, o conteúdo dos itens relevantes é apresentado mais abaixo.

Quadro 6. Matriz rodada dos 7 factores do IOVCI

Item	Factor						
	1	2	3	4	5	6	7
1	.82	-.25	.13	-.08	.21	-.18	.07
2	.86	-.16	.23	-.15	.06	-.16	.01
3	.75	-.01	.08	.22	-.23	-.18	-.11
4	.78	.24	-.05	.00	.06	.46	.06
5	.77	.18	-.15	.01	.01	.14	-.47
6	.57	.07	.02	-.03	-.12	.39	-.02
7	.85	-.10	-.21	.30	.01	.16	.11
8	.87	-.14	-.19	-.19	.09	-.18	-.06
9	.52	.53	-.24	.09	-.07	.17	-.27
10	-.11	.42	.02	-.03	-.22	.25	.72
11	-.28	.08	.18	.56	.14	.02	-.18
12	.10	.05	.16	.60	.03	.10	.56
13	.18	-.45	.37	.06	.34	-.07	-.56
14	.09	-.17	.21	.28	.72	.09	-.24
15	-.12	.72	.17	-.42	-.08	.31	.04
16	.01	.78	.04	.17	.05	-.02	.17
17	.04	-.06	.67	.07	.34	.35	.01
18	-.20	.29	.47	-.33	.48	.18	.10
19	-.13	.06	.82	-.14	.11	.10	.05
20	-.12	.02	-.08	-.74	.08	.03	.46

Item	Factor						
	1	2	3	4	5	6	7
21	.03	.35	.10	.51	-.06	.66	.01
22	.05	-.06	.20	.08	.08	.84	.04
23	-.07	-.09	-.64	-.37	.07	.36	-.18
24	-.05	.07	.42	.52	-.20	.35	.33
25	.06	.12	.29	-.12	.74	-.06	-.02
26	.03	.07	.11	-.26	.12	-.08	.79
27	-.49	.59	-.20	-.29	.15	.08	.05
28	-.11	-.10	.60	-.03	-.02	.46	-.12
29	-.08	.27	-.06	-.26	-.42	.49	.26
30	.05	-.19	.80	.24	-.06	.02	-.01
31	.04	-.02	.70	.42	.26	.01	-.11
32	.02	-.02	.09	.60	.54	.05	-.05
33	-.19	-.02	-.04	-.02	.70	.14	.30
34	-.06	-.03	.22	.84	.17	.12	-.02
35	-.03	.14	.65	.31	.19	.21	.23
36	.10	.54	.05	.14	-.47	-.05	.24
37	-.11	.59	-.08	-.08	-.45	.07	.16
38	.05	.12	.50	.13	.36	.01	-.12
39	-.08	.84	.06	-.35	.12	-.01	.03
40	.16	.80	-.03	.16	-.12	-.02	.20
41	-.38	.33	-.10	-.68	.29	-.21	-.04
42	-.17	.91	.06	.10	.05	.07	-.06
43	.29	-.17	.09	.00	.23	.09	-.36
44	.03	.13	.23	.33	.27	.62	-.04
45	.20	-.34	.38	.27	.56	-.23	-.21

Nota. As saturações acima de $|\text{.45}|$ estão assinaladas a negrito

Da análise dos índices de saturação em cada factor, foram considerados para cada factor os itens com uma saturação superior a $|\text{.45}|$ para esse factor. Alguns itens, de acordo com o critério considerado, de saturação superior a $|\text{.45}|$ incluíam-se em mais do que um factor. Nesses casos, foi considerado, além do nível de saturação, o conteúdo do item. Deste modo, alguns itens foram considerados num factor com menor saturação, devido ao seu conteúdo. Nomeadamente, os itens 21 e 37 foram incluídos no factor para

o qual apresentavam menor saturação, em detrimento de outro com maior saturação, uma vez que o conteúdo estava mais relacionado com o factor onde foram considerados. Com estas observações iniciais, os factores 1 a 6 parecem dizer respeito aos seguintes conteúdos, respectivamente: Comportamentos de segurança/ambivalência; Comportamentos negativos/desorganização; Vinculação segura; Sensibilidade Procura de proximidade; Porto seguro.

Os itens do factor 7 parecem não convergir num sentido específico, pelo que a interpretação deste factor não é muito clara.

A consistência interna de cada factor foi verificada e melhorada, para cada factor, através do alfa de Cronbach. Isto é, foram eliminados, em cada factor, os itens cuja eliminação melhorava a consistência interna do factor. Este processo está explicitado no Quadro 7.

Quadro 7. Análise da consistência interna dos 7 factores do IOVCI

Factor	α inicial	Itens eliminados	α final
1	.91	6	.92
2	.88	9, 27, 36	.91
3	.87	-	.87
4	.83	11, 32	.84
5	.80	18	.80
6	.56	29	.76
7	.68	12, 26	.78

Depois de analisada e melhorada a consistência interna de cada factor, as escalas ficaram constituídas da seguinte forma:

Escala 1 – Comportamentos de segurança:

1. Durante a interacção, a criança tenta manter a proximidade física com a figura
2. A criança abraça espontaneamente a figura, sem que esta o peça
3. A figura aceita e reage positivamente ao contacto próximo (físico, emocional) com a criança (ex: aceita quando a criança pede colo, mostra-se interessada nas coisas que a criança conta)

4. Quando está envolvida numa actividade, a criança restabelece o contacto com a figura (verbal, físico ou visual)
 5. A criança faz chantagem emocional com a figura (ex: ameaça deixar de gostar da figura, como forma de a pressionar a corresponder às suas exigências)
 7. Em geral, a criança mostra uma atitude de cooperação com a figura, e ambos realizam harmoniosamente actividades em conjunto
 8. No final da visita, a figura revela alguma dificuldade em deixar a criança
- Item eliminado:
6. Quando está cansada ou se sente mal, a criança mostra maior desejo de proximidade com a figura

Escala 2 – Comportamentos negativos/desorganização:

15. Quando a criança “faz birra”, a figura não consegue resolver a situação
16. A criança critica e ataca abertamente a figura (ex: fala de modo agressivo, chama nomes)
39. A figura tem dificuldade em controlar e influenciar o comportamento da criança (ex: a criança desobedece às ordens da figura, sai da sala de visitas)
40. A criança acusa a figura de não lhe prestar os cuidados adequados, como forma de a levar a corresponder às suas exigências
42. Quando está com a figura, a criança provoca-a e ameaça portar-se mal, mais do que quando está com outros adultos

Itens eliminados:

9. A criança demonstra interesse pelos presentes que a figura traz (ex: brinquedos, doces) mais do que pela interacção com a figura;
27. Quando está com a figura, a criança parece mais interessada nos brinquedos do que no contacto com a figura;
36. Quando a figura procura o contacto físico com a criança, esta resiste ou rejeita esse contacto)

Escala 3 – Vinculação segura:

17. Quando está aflita ou preocupada, a criança aceita ser confortada pela figura, mais do que por qualquer outro adulto
19. Quando termina a visita, a criança tem dificuldade em deixar a figura

- 23. A criança gosta de ser abraçada por qualquer adulto, não mostrando preferência pela figura (item invertido)
- 28. Numa situação de dificuldade, a criança procura a ajuda da figura (ex: refere o seu nome, pede para estar com ela)
- 30. O contacto com a figura parece tornar a criança mais confiante para explorar o ambiente que a rodeia
- 31. A criança expressa afecto de modo espontâneo, relativamente à figura, mais do que com outros adultos
- 35. Quando está ansiosa, a criança aceita conforto da figura, mais do que de outros adultos cuidadores
- 38. Se a figura falta à visita, a criança mostra-se perturbada (ex: fica triste, pergunta pela figura, etc.)

Escala 4 – Sensibilidade:

- 12. A figura fala dos desejos e sentimentos da criança, que percebe através do seu comportamento
- 20. A figura tenta desenvolver actividades que ela própria quer, sem ter em conta a vontade da criança (item invertido)
- 21. Quando a criança está numa situação de dificuldade/perigo, a figura procura ajudá-la/protegê-la
- 24. A figura demonstra interesse pelo desenvolvimento e estado de saúde da criança (ex: conversa com a criança, pergunta aos adultos do lar sobre o seu desenvolvimento)
- 34. A figura respeita o ritmo da criança, das suas actividades: de contacto físico, de brincar, de conversar
- 41. A figura só mostra preocupação com a criança (ex: cumprir as visitas, perguntar pelo desenvolvimento da criança), quando é, de alguma forma, pressionada, não mostrando um interesse genuíno (item invertido)

Itens eliminados:

- 11. A figura cumpre o plano de visitas estabelecido;
- 32. Quando está muito envolvida numa determinada actividade, a criança procura partilhar esse interesse com a figura

Escala 5 – Procura de proximidade:

- 14. Quando a figura está próxima, a criança manifesta desejo de se envolver em actividades com a mesma
- 25. Durante a interacção, a criança mostra uma grande necessidade de ter a atenção exclusiva da figura
- 32. Quando está muito envolvida numa determinada actividade, a criança procura partilhar esse interesse com a figura
- 33. Se, durante a visita, a figura abandona a sala sem se despedir da criança, quando volta, a criança mostra desejo de proximidade com ela
- 36. Quando a figura procura o contacto físico com a criança, esta resiste ou rejeita esse contacto (item invertido)¹
- 37. A criança prefere entreter-se sozinha a interagir com a figura, mesmo quando esta está disponível (item invertido)
- 45. A criança gosta de estabelecer contacto físico com a figura (ex: sorri, verbaliza a sua satisfação)

Item eliminado:

- 18. Se, durante a visita, a figura abandona a sala sem se despedir da criança, esta mostra-se ansiosa com a situação

Escala 6 – Porto seguro:

- 22. Numa situação em que a criança está ansiosa, acalma-se quando a figura a reconforta
- 44. Numa situação de alarme, a criança procura protecção junto da figura, se esta está disponível

Item eliminado:

- 29. Quando a figura olha para a criança, esta desvia o olhar, ou procura outro objecto de atenção

¹. Este item foi inicialmente considerado na escala 2, tendo em conta o seu conteúdo e nível de saturação do factor. No entanto, depois da análise da consistência interna, este item foi excluído dessa escala, e incluído, de modo invertido, na escala 5 (Procura de proximidade). Isto porque o conteúdo deste item no sentido invertido parecia fazer sentido nesta escala, e, de facto, a sua introdução aumenta a consistência interna da mesma.

Escala 7 – Comportamento de evitação:

10. Quando a figura tenta estabelecer contacto físico (ex: pegar ao colo, abraçar), a criança tenta evitar (ex: mostra desejo de ir para o chão, aponta ou dirige-se para outra coisa)

13. Quando a figura chega, a criança recebe-a com um sorriso e com uma expressão feliz (item invertido)

Itens eliminados:

12. A figura fala dos desejos e sentimentos da criança, que percebe através do seu comportamento;

26. A criança percebe os estados emocionais da figura (ex: triste, ansiosa), e altera o seu comportamento em função disso

A eliminação dos itens 12 e 26 do factor 7, permitiram interpretar este factor de forma coerente como um factor de comportamentos de evitação.

A consistência inter-observadores foi avaliada através da análise das correlações das repostas dos dois observadores, para cada um dos factores. Os resultados encontram-se no Quadro 8.

Quadro 8. Consistência inter-observadores nas escalas do IOVCI

Factor	1	2	3	4	5	6	7
Correlação	.13	.80*	.62*	.53*	.37*	.36*	.54*

Nota. * $p < .01$

De acordo com estas correlações, conclui-se que os dois observadores fazem uma avaliação semelhante, relativamente aos comportamentos e interações expressos nos factores 2 a 7. O factor 1 tem uma correlação baixa, que não atinge o nível de significância.

3.3.2 Dados de validade do IOVCI

A análise da variância (MANOVA) das escalas do inventário com os padrões de vinculação identificados na ASCT não foi significativa, $F(21, 90) = 1.04$ $p = 0.42$, o que significa que os factores, analisados no conjunto, não estão significativamente associados à classificação de vinculação. No entanto, como se pode observar no Quadro 9, quando analisados individualmente, alguns factores têm uma relação significativa com alguns padrões de vinculação. O teste não paramétrico (teste de Kruskal-Wallis) aponta para as mesmas conclusões.

Quadro 9. Comparação das escalas do IOVCI nos padrões de vinculação identificados na ASCT

Escalas	Classificação de vinculação									
	Seguro		Evitante		Ambivalente		Desorganizado			
	$N = 12$		$N = 5$		$N = 1$		$N = 22$			
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	F	p
1	2.59	0.42	2.40	0.53	2.36	-	2.42	0.36	0.51	.68
2	1.40	0.47	1.75	0.43	1.80	-	2.12	0.66	3.61	.02
3	3.05	0.78	3.24	0.88	2.36	-	3.18	0.77	0.41	.74
4	2.45	0.57	2.74	0.32	1.91	-	2.58	0.64	0.69	.57
5	3.74	0.39	3.67	0.50	3.18	-	3.56	0.49	0.69	.56
6	0.64	0.18	0.81	0.15	0.71	-	0.76	0.15	2.02	.13
7	0.39	0.10	0.49	0.22	0.78	-	0.52	0.19	2.39	.09

Com o objectivo de obter mais alguns dados de validade das escalas do inventário, realizou-se uma análise correlacional das escalas do inventário com as variáveis da ASCT: semelhança com o protótipo e as três escalas. Tendo em conta que os pressupostos da normalidade, através dos testes de ajustamento, não foram assegurados, utilizou-se o Coeficiente de correlação de *Spearman*. Os valores das correlações são apresentados no Quadro 10.

Quadro 10. Correlações entre as escalas do IOVCI e as variáveis da ASCT

Factor	Semelhança com o protótipo				Escalas		
	Seguro	Evitante	Ambiv.	Desorg.	Sep.	Alt.	Reenc.
1	.27*	-.10	-.07	-.21	.18	.14	.14
2	-.51**	.29*	.00	.35**	-.40**	-.41**	-.41**
3	.10	-.21	-.04	-.06	-.09	-.07	.09
4	-.18	-.02	-.14	-.04	-.30*	-.17	-.12
5	.31*	-.13	-.24	-.26*	.25	.20	.12
6	-.15	.03	-.09	.06	-.14	-.12	-.23
7	-.50**	.34*	.05	.35**	-.23	-.31*	-.36**

Nota. * $p < .05$ ** $p < .01$

Da tabela anterior percebem-se relações entre os factores e determinadas variáveis do inventário, apresentando correlações positivas ou negativas, consoante o conteúdo de cada factor. Especificamente, no Factor 1 - comportamentos de segurança - a correlação positiva significativa com a semelhança com o protótipo seguro apoia a ideia de que este factor mede a segurança na vinculação. Quanto ao Factor 2 - comportamentos negativos/desorganização - as correlações negativas significativas com a semelhança com o protótipo seguro, com as escalas 1 (Lidar com a separação da mãe), 2 (Relação com a figura alternativa) e 3 (Comportamento da criança durante o reencontro), confirma que este factor mede conteúdos contrários às variáveis referidas. As correlações positivas significativas com a semelhança com os protótipos evitante e desorganizado indicam que o factor e estas variáveis medem conteúdos semelhantes. Estes resultados estão de acordo com o esperado, com o conteúdo do factor – comportamentos negativos/desorganizados.

Relativamente ao Factor 3 não existe nenhuma correlação significativa com as variáveis da ASCT, o que indica que este factor parece não estar a medir o que pretendia – segurança na vinculação. Contudo, a correlação negativa com o protótipo evitante estava próxima do nível de significância, o que está de acordo com o conteúdo do factor. Para a Factor 4 – sensibilidade - a correlação negativa significativa com a escala 1 (Lidar com a separação da figura de vinculação) parece indicar que este factor está negativamente associado à forma positiva de lidar com a separação da figura de vinculação. O Factor 5, que pretende medir comportamentos de proximidade da criança

à figura de vinculação parece ter validade. Isto porque apresenta uma correlação positiva significativa com a semelhança com o protótipo seguro, e negativa com o protótipo desorganizado. A correlação com a escala 1 (Lidar com a separação da figura de vinculação) está próxima de atingir a significância, o que aponta também no sentido de validade do factor. O Factor 6 – Porto seguro - não apresenta correlações significativas com nenhuma das variáveis da ASCT. No entanto, a correlação negativa deste factor com a escala 3 (Comportamento da criança durante o reencontro) está próxima do nível de significância. Esta correlação negativa, ainda que não seja significativa (bem como a correlação negativa com a semelhança com o protótipo seguro) levanta algumas questões quanto ao conteúdo do factor. Estes resultados serão analisados mais pormenorizadamente na discussão.

Na análise do Factor 7 – comportamentos de evitação - as correlações negativas encontradas entre o factor e a semelhança com o protótipo seguro, e as escalas 2 (Relação com a figura alternativa) e 3 (Comportamento da criança durante o reencontro) revelam a capacidade do factor de medir comportamentos de evitação, que se relacionam negativamente com as variáveis referidas. A correlação negativa com a escala 1, apesar de não atingir a significância, apresenta um valor p próximo, o que aponta no mesmo sentido da conclusão anterior. Da mesma forma, a correlação positiva significativa com a semelhança com o protótipo evitante corrobora o propósito do factor, de avaliar comportamentos de evitação. A correlação positiva significativa com a semelhança com o protótipo desorganizado parece indicar que, na amostra deste estudo, a desorganização está também associada com a evitação.

4. Discussão

De uma forma geral, a presente investigação introduz dados relevantes no estudo da vinculação em crianças institucionalizadas, correspondendo aos objectivos formulados. Designadamente, a utilização da tarefa de completamento de histórias – (Attachment Doll Story Completion Task – ASCT) permitiu conhecer as características da vinculação das crianças no contexto institucional e estabelecer uma comparação desta amostra com uma amostra de meio familiar. Além disso, e cumprindo o objectivo principal desta investigação, o estudo correlacional entre o inventário construído no âmbito desta investigação e as variáveis da ASCT evidenciou dados de validade de algumas escalas do inventário para o objectivo pretendido. Neste capítulo serão discutidos em pormenor alguns aspectos dos resultados apresentados no capítulo anterior, primeiramente dos dados obtidos com a ASCT e depois dos dados do inventário.

4.1 Dados da ASCT

Na amostra deste estudo verificou-se uma predominância de crianças com padrão de vinculação desorganizado. Estes resultados vão ao encontro da investigação já realizada com amostras de crianças em meio institucional (Van IJzendoorn et al., 1999; Vorria et al., 2003). Uma vez que todas as crianças desta amostra eram provenientes de meios familiares desfavorecidos, sujeitos a maus-tratos e a negligência, os resultados deste estudo apontam no mesmo sentido que a investigação existente, de consequências negativas dos maus-tratos na vinculação (e.g. Toth et al., 2000; Benavente et al., 2009).

Tendo em consideração os dados referidos por Van IJzendoorn e colaboradores (1999) relativos à distribuição da vinculação em crianças em meio institucional, apenas o padrão de vinculação seguro se afasta consideravelmente do esperado. Não obstante a dimensão reduzida da amostra, é de considerar a possibilidade deste resultado estar relacionado com as consequências positivas do acolhimento para o equilíbrio emocional da criança (Alves, 2007).

A análise da relação entre o sexo e a classificação de vinculação, apesar de não ser significativa, revelou uma percentagem relativamente superior de crianças do sexo masculino com padrão de vinculação desorganizado, resultado que parece apontar no mesmo sentido que o estudo de Lyons-Ruth e colaboradores (1997 citado por Van

IJzendoorn et al., 1999), de uma maior tendência das crianças do sexo masculino a desenvolver este tipo de vinculação.

O resultado superior das crianças do sexo feminino na escala 2 (Relação com a figura alternativa) da ASCT pode estar relacionado, de modo genérico, com as diferenças no comportamento de reacção ao stress. Designadamente, de acordo com Taylor e colaboradores (2000), as respostas ao stress tradicionalmente consideradas típicas do ser humano, de luta ou fuga, talvez sejam afinal características sobretudo do sexo masculino, enquanto as respostas femininas parecem ser mais marcadas por um padrão de cuidado e protecção (em inglês “tend-and-befriend”). Ou seja, numa situação de stress, a mulher adopta comportamentos de protecção de si própria e da sua descendência, e, simultaneamente, tenta criar e manter uma rede social que possa auxiliá-la a ultrapassar a situação stressante (Taylor et al., 2000). No contexto da história da separação, da ASCT, pode pensar-se que as crianças do sexo feminino reagem à separação da figura de vinculação com comportamentos mais positivos, e actuam no sentido de estabelecer uma boa relação com a figura de vinculação alternativa, que funciona como suporte, no momento de ausência da figura de vinculação, entendida como um factor de stress. No entanto, esta questão não constitui um interesse particular nesta investigação e, tendo em conta as condições da mesma, a interpretação apresentada pode ser observada apenas enquanto mera reflexão sobre os resultados.

O tempo de vinculação parece não estar relacionado com a classificação de vinculação das crianças em contexto institucional. A análise correlacional evidenciou uma relação positiva entre o tempo de acolhimento e o comportamento da criança durante o reencontro com a figura de vinculação. Apesar de ser uma correlação fraca, podem fazer-se algumas considerações. Nomeadamente, esta associação pode estar relacionada com o carácter não permanente do contacto da criança com a figura de vinculação, e com a tolerância a essa condição. De modo particular, à medida que aumenta o tempo de acolhimento, a criança habitua-se ao funcionamento do lar, às suas rotinas, e à situação de visita dos familiares. Tendo em conta que os cuidadores das crianças no lar, devido às tarefas que têm que fazer, e à exigência de dirigir a sua atenção para todas as crianças, não conseguem, muitas vezes, estabelecer relações individualizadas com as crianças, a maioria das actividades no lar é partilhada por todas as crianças. Neste sentido, a visita de um familiar constitui um tempo privilegiado e exclusivo da criança com um adulto significativo. Por isso, o aumento do tempo de

acolhimento pode conduzir a criança a dirigir mais atenção para o momento do reencontro com a figura de vinculação. Além disso, quando a criança está na instituição, a figura de vinculação deixa de ter que assegurar algumas funções, nomeadamente a prestação de cuidados e a imposição de limites, pelo que o momento da visita é um contexto mais liberto destas condições. Assim, mesmo que algumas destas funções não fossem realizadas da forma mais adequada no contexto familiar, e que a criança tivesse expectativas negativas quanto ao desempenho da figura de vinculação, no contexto de visita estas expectativas não são tão relevantes. No entanto, estas hipóteses têm de ser interpretadas apenas como tal, pois além da reduzida dimensão da amostra, a correlação entre o tempo e a escala 3 (Comportamento durante o reencontro) da ASCT é fraca.

No que respeita à idade, este estudo evidenciou que, conforme se observa crianças cada vez mais velhas, mais segura é a sua vinculação, melhor é o seu comportamento quando lidam com a separação da mãe, e durante os momentos de reencontro. Pelo contrário, as crianças mais novas têm maior probabilidade de ter um padrão de vinculação desorganizado. Estes resultados podem ser analisados considerando vários factores. A avaliação da vinculação através das narrativas que a criança constrói avalia não só a relação da criança com a figura de vinculação primária, mas também com outras figuras significativas na vida da criança (Oppenheim & Waters, 1995). Neste estudo, verificou-se que, nas narrativas de crianças classificadas como seguras, surgiam muitas vezes características específicas do funcionamento institucional, das rotinas do lar. Assim, admitindo que as crianças mais velhas teriam um tempo de acolhimento maior, estes resultados poderiam apontar para a influência positiva do contexto institucional na organização do ambiente social e de aprendizagem da criança (Howes, 1999), e das relações que as crianças estabelecem com os cuidadores no lar como factores que proporcionam uma remissão de alguns atrasos de desenvolvimento e de dificuldades ao nível de relações sociais (Lis, 2003, citado por Marques, 2006).

No entanto, a correlação entre o tempo de acolhimento e a idade não é, neste estudo, significativa, $r_s = .098$ ($p = .274$), o que significa que as crianças mais velhas não são necessariamente as crianças com maior tempo de acolhimento.

Neste sentido, parece que as influências atrás referidas parecem não estar associadas ao tempo, mas sim de modo mais concreto à idade. Por isso, parece mais plausível considerar a influência do desenvolvimento cognitivo das crianças nesta associação entre a idade e a segurança na vinculação. Designadamente, pode supor-se que crianças mais crescidas, com maior desenvolvimento cognitivo, têm uma melhor compreensão

da situação de acolhimento, da organização do funcionamento do lar, e das relações que estabelecem com os cuidadores do lar. Como consequência disso, estas crianças conseguem estabelecer relações mais seguras com os seus cuidadores, o que se revela nas narrativas construídas, com maiores níveis de segurança.

A consistência de todas as interpretações explicitadas é negativamente influenciada pelas limitações deste estudo, nomeadamente a dimensão reduzida da amostra e a existência de apenas um juiz na codificação das narrativas da ASCT. Além disso, a idade e o desenvolvimento cognitivo das crianças pode estar associada à construção de narrativas mais estruturadas, com ideias mais elaboradas, o que pode também influenciar a codificação feita pelo juiz, no sentido de perceber maior segurança.

Apesar de todas as limitações, os resultados apontam para a mais-valia da continuação da investigação, com melhorias nas limitações referidas, para clarificar as relações verificadas neste estudo, e tirar implicações mais concretas. Nomeadamente, o conhecimento destes dados pode influenciar a abordagem do tema da vinculação com crianças institucionalizadas, de acordo com a sua idade e desenvolvimento cognitivo, e consequente compreensão da situação de acolhimento.

No que respeita à comparação da vinculação em meio institucional e em meio familiar, a análise efectuada demonstrou que não existem diferenças significativas na classificação de vinculação das crianças das duas amostras. É de salientar que este resultado pode ser devido às características da amostra familiar, proveniente de um meio desfavorecido. As especificidades das famílias desfavorecidas influenciam a distribuição de vinculação, que se mostra diferente da distribuição de vinculação em amostras de crianças de famílias de classe média (Van IJzendoorn et al., 1999)

No entanto, a comparação, quando efectuada a partir das variáveis da ASCT, revela uma significância elevada das diferenças entre os resultados dos dois grupos. Nomeadamente, quando considerados em conjunto, os resultados obtidos por um sujeito na ASCT permitem discriminar a que grupo pertence esse sujeito. A análise discriminante indicou que as variáveis que mais contribuem para discriminar qual o grupo a que pertence o sujeito são as semelhanças com os protótipos seguro, evitante e desorganizado. Numa análise mais atenta das medidas descritivas destes dados, nomeadamente média e desvio-padrão, percebe-se que existem na amostra institucional médias mais elevadas em todos os protótipos, comparativamente com a amostra de meio familiar. Acontece a relação contrária nas três escalas, que têm médias mais altas na

amostra de meio familiar. Estes resultados podem traduzir diferenças nos critérios dos juízes de ambos os estudos

Assim, não desprezando os resultados obtidos com estas análises, estes devem ser encarados com algumas salvaguardas, atendendo a esta possibilidade de existirem critérios diferentes dos juízes dos dois estudos, e a existência de apenas um juiz na amostra institucional. Além disso, os juízes conheciam, a priori, o meio da criança, o que pode constituir também um factor de interferência nos resultados.

Por isso, não é possível, com estes dados, afirmar com segurança que a ASCT é suficiente para detectar um padrão específico de resultados, de acordo com o meio da criança. Apesar de tudo, os resultados são encorajadores da continuação da investigação.

4.2 Dados do IOVCI

As várias análises relativas ao inventário permitiram obter um conjunto de dados que, atendendo ao carácter principal do inventário neste estudo, merecem agora ser discutidos com mais detalhe.

Relativamente aos itens que o inventário inclui nesta formulação inicial, é de salientar que existem alguns que enunciam comportamentos e interacções que os observadores referem não ter oportunidade de observar. De modo particular, os itens que obtiveram uma percentagem maior de respostas 1 – Nunca (é possível observar), expressam situações de dificuldade/perigo. Por um lado, a impossibilidade de observar interacções deste tipo entre a criança e a sua figura de vinculação dificulta a avaliação de alguns componentes importantes no sistema de vinculação. Por outro lado, estes dados indicam que, na maioria dos casos, as visitas decorrem num ambiente estável e tranquilo. Deste modo, a possibilidade de observação das interacções apresentadas nos itens mencionados pode representar, por si só, um aspecto negativo, pois significa que ocorrem situações de desarmonia entre a criança e a figura de vinculação. Estas interacções podem ocorrer devido à incapacidade da figura em proporcionar um ambiente securizante e/ou pela percepção negativa que a criança tem desta figura e do contexto de visita como um ambiente instável e inseguro. Por estas razões, a função e a eventual manutenção destes itens no inventário devem ser objecto de mais reflexão e investigação.

Quanto à validade do inventário, o presente estudo apresenta dados relevantes nesse sentido. Nomeadamente, as escalas identificadas a partir da análise factorial parecem medir diferentes componentes da vinculação, de acordo com o conteúdo de cada uma. A análise correlacional dos factores com as variáveis da ASCT revelou dados de validade das seguintes escalas: 1 – Comportamentos de segurança; 2 – Comportamentos negativos/desorganização; 5 – Procura de proximidade e 7 – Comportamentos de evitação. As escalas 3 e 4 parecem não estar a avaliar o que pretendem. Também a escala 6 – Porto seguro não apresenta, de acordo com os resultados desta investigação, validade concorrente. De seguida analisar-se-á cada escala em particular, no seu conteúdo, e nos dados de validade que obteve.

Na primeira escala - Comportamentos de segurança, depois da análise da consistência interna, através do alfa de Cronbach, o item 6 (“Quando está cansada ou se sente mal, a criança mostra maior desejo de proximidade com a figura”) foi eliminado. Ou seja, apesar de este item parecer adequado para esta escala, no contexto da amostra deste estudo a escala parece funcionar melhor sem este item. Isto pode estar relacionado com a prestação de cuidados efectiva de que a criança beneficia. Quando a criança está num lar, todos os cuidados são prestados pelos cuidadores no lar, o que justifica que numa situação de maior cansaço ou desconforto, a criança não manifeste desejo de estar com a figura familiar de referência/figura de vinculação, uma vez que a resposta às necessidades da criança quando está nessa situação é dada pelos cuidadores do lar, e não pela figura familiar. Nesta escala, importa também reflectir sobre a presença do item 5 (“A criança faz chantagem emocional com a figura, ex: ameaça deixar de gostar da figura, como forma de a pressionar a corresponder às suas exigências”). Ao contrário deste item, todos os outros itens desta escala mencionam comportamentos de segurança, legitimando o conteúdo desta escala: comportamentos de segurança. A inclusão do item 5 nesta escala pode indicar que num contexto institucional a chantagem emocional não está, por si só, necessariamente relacionada com um padrão de vinculação inseguro. Pelo contrário, este comportamento pode estar, de alguma forma, associado à necessidade da criança de manter algum controlo na relação com a figura de vinculação, assegurando a sua atenção, mesmo em condições de contacto não permanente.

Na escala 2 – Comportamentos negativos/desorganização – a eliminação do item 9 (“A criança demonstra interesse pelos presentes que a figura traz (ex: brinquedos, doces) mais do que pela interacção com a figura”) aumentou a consistência interna desta escala, o que pode significar que, embora seja um comportamento negativo, no contexto institucional, parece não ser um comportamento necessariamente associado a desorganização da vinculação. Para os itens 27 (“Quando está com a figura, a criança parece mais interessada nos brinquedos do que no contacto com a figura”) e 36 (“Quando a figura procura o contacto físico com a criança, esta resiste ou rejeita esse contacto”) pode considerar-se a mesma interpretação. Ou seja, embora estes comportamentos sejam, à partida, comportamentos negativos que apontam para alguma disfuncionalidade na relação entre a criança e a figura de vinculação, parece que, no contexto institucional, é mais plausível considerar uma relação de vinculação desorganizada quando há comportamentos mais evidentes neste sentido, como os que constituem os itens desta escala do inventário.

A escala 3 – Vinculação segura - é constituída por itens que expressam indicadores claros de segurança na vinculação. No entanto, esta escala não apresenta validade convergente com uma medida alternativa do mesmo construto, a ASCT, isto é, não se mostra adequada para medir o conteúdo especificado. Uma análise mais cuidada dos itens desta escala revela que estes apontam para aspectos muito específicos da preferência da figura de vinculação da família biológica, em detrimento de outras, nomeadamente dos cuidadores do lar. A eleição da figura familiar como principal na prestação de cuidados, em componentes tão específicos como os que estão expressos nos itens da escala 3, não se coaduna com a realidade do contexto institucional, com múltiplos cuidadores. A investigação nesta área revela que a amizade indiscriminada manifestada pelas crianças acolhidas parece ter uma função adaptativa (McLean, 2003 citado por Marques, 2006). Tendo em conta esta situação, esta escala, mais do que comportamentos de segurança, neste contexto, parece medir a inexistência de amizade indiscriminada e, possivelmente, a incapacidade da criança de adaptação ao contexto institucional.

Na escala 4, a eliminação dos itens 11 (“A figura cumpre o plano de visitas estabelecido”) e 32 (“Quando está muito envolvida numa determinada actividade, a criança procura partilhar esse interesse com a figura”) permitiu clarificar o conteúdo desta escala – Sensibilidade. Quando correlacionada com as variáveis da ASCT, esta escala tem uma correlação negativa com todas as variáveis, e atinge o nível de

significância com a escala 1 (Lidar com a separação da figura de vinculação). Estes resultados provocam alguma estranheza, uma vez que se esperava uma correlação positiva com esta escala, bem como com a escala 2 e 3 da ASCT, e com a semelhança com o protótipo seguro. Ou seja, a escala 4 – sensibilidade - parece ter validade de conteúdo, e no entanto, não apresenta validade de construto. Neste sentido, revela-se necessário um estudo mais aprofundado desta escala, da sua estrutura e funcionamento, uma vez que a sua consistência interna é considerável, e o seu conteúdo importante no contexto de avaliação da vinculação.

A escala 5 – Procura de proximidade – apresenta uma consistência interna elevada, e apresenta também validade concorrente, de acordo com as correlações com as variáveis da ASCT. Nesta escala, pode apenas reflectir-se sobre a presença do item 25 (“Durante a interacção, a criança mostra uma grande necessidade de ter a atenção exclusiva da figura”) nesta escala. Numa análise mais neutra, este item poderia apontar para alguma dependência da criança relativamente à figura de vinculação. No entanto, no contexto institucional não parece ter esse sentido. Tendo em conta as características deste contexto, pode considerar-se que, à semelhança do que acontece com o item 5 na escala 1, o item 25 pode indicar a necessidade da criança de garantir a atenção da figura de vinculação, na manutenção desta relação privilegiada.

Na escala 6, apesar dos itens parecerem relacionar-se com comportamentos de porto seguro, quando correlacionados com a ASCT parecem não medir esse componente da vinculação. Especificamente, isto pode acontecer por dois motivos. Por um lado, esta escala é constituída apenas por dois itens, cujas percentagens de respostas 1 (Nunca) na primeira escala do inventário foram consideráveis. Ou seja, são comportamentos que os observadores consideram que não são possíveis de observar, e por isso, as respostas da segunda escala do inventário são pouco precisas. Além disso, estes itens enunciam situações de perigo, anormais. Por isso, a possibilidade de observação efectiva destas situações no contexto de visita da figura familiar à criança pode manifestar que não existe, durante esse tempo um ambiente seguro, ou que a criança não se sente protegida quando está com a figura de vinculação. Deste modo, ao invés de avaliar comportamentos de porto seguro, como se poderia esperar, estes itens podem estar a avaliar comportamentos contrários a uma vinculação segura, o que explica a correlação negativa significativa desta escala com a semelhança com o protótipo seguro.

Na escala 7, a eliminação dos itens 12 (“A figura fala dos desejos e sentimentos da criança, que percebe através do seu comportamento”) e 26 (“A criança percebe os

estados emocionais da figura (ex: triste, ansiosa), e altera o seu comportamento em função disso”), permitiu clarificar a consistência desta escala na avaliação de comportamentos de evitação. Embora seja constituída apenas por dois itens, tem correlações significativas com as variáveis da ASCT no sentido da coerência do factor.

A consistência inter-observadores revelou-se significativa para todas as escalas, excepto para a primeira – comportamentos de segurança. Uma análise mais pormenorizada do conteúdo dos itens não permitiu detectar características que justifiquem o desacordo entre observadores. Contudo, pode pensar-se que este resultado pode estar relacionado, não com o conteúdo da escala, mas com o posicionamento dos itens, uma vez que esta escala inclui os primeiros itens do inventário, exactamente na ordem numérica em que são apresentados. Por isso mesmo, estudos futuros deverão contemplar uma reorganização dos itens no inventário, evitando que estes itens da mesma escala fiquem posicionados em sequência.

Atendendo a todas as especificações apresentadas, pode considerar-se que as escalas 1 (Comportamentos de segurança), 2 (Comportamentos negativos/desorganização), 5 (Procura de proximidade) e 7 (Comportamentos de evitação) parecem funcionar de forma adequada, na avaliação dos componentes que especificam. Pelo contrário, as escalas 3 (Vinculação segura), 4 (Sensibilidade) e 6 (Porto seguro), que não revelaram dados de validade, devem ser modificadas, de acordo com a discussão efectuada, no sentido de melhorar a sua eficácia, e permitir novos estudos de validade.

Conclusão

A presente investigação revelou dados percursores na avaliação da vinculação de crianças institucionalizadas, através da observação da interacção com a sua figura familiar de referência. Particularmente, algumas escalas do inventário parecem funcionar de modo adequado, no sentido em que medem o que pretendem medir, de acordo com as interpretações explicitadas no capítulo anterior.

Numa primeira abordagem, e ressaltando aspectos éticos da utilização de um instrumento não validado, parece plausível considerar a utilização destas escalas para obtenção de indicadores de vinculação relativos às características específicas que cada escala mede. A administração dos itens das escalas do inventário permite a obtenção de uma pontuação (resultado da soma dos itens) que traduz o grau de existência de comportamentos reveladores do conteúdo da escala. Uma vez que este foi um estudo pioneiro e, como tal, não existem normas para contextualização dos resultados, a interpretação das pontuações obtidas nas escalas pode ser conseguida pela comparação com os resultados médios obtidos pelas crianças da amostra deste estudo (Apêndice II). Assim, ao resultado de uma criança numa escala pode ser subtraída a média da amostra deste estudo, dividindo o resultado pelo desvio-padrão, fornecendo um resultado padronizado Z. Este tipo de resultado permite fazer uma estimação mais elucidativa do grau em que a criança apresenta os comportamentos especificados na escala. Este processo pode ser utilizado tanto para os resultados das escalas como para os dos itens individualmente (Apêndice III).

Para uma utilização tão válida quanto possível das escalas do inventário, é fundamental ter em consideração que a amostra de comparação é constituída por crianças de meio institucional, entre os 4 e os 11 anos, e que a fiabilidade das comparações está condicionada pela pequena dimensão da amostra de comparação. Relativamente à dimensão da amostra, importa salientar as possíveis fragilidades da análise factorial, quando utilizada com amostras tão reduzidas. Nesse sentido, embora os resultados deste procedimento nesta investigação tenham sido favoráveis quanto à validade de algumas escalas do inventário, não dispensam a continuação da investigação, no sentido de melhorar o rigor da análise factorial e, consequentemente, da análise do inventário.

Atendendo a todas estas restrições, não menosprezando as suas potencialidades, nas informações úteis que pode proporcionar, não é demais reforçar o carácter inicial do IOVCI, o que condiciona a certeza de todas as interpretações e avaliações que possam ocorrer com base no mesmo.

Concluindo, e salvaguardando-se as limitações deste estudo, nomeadamente a realização da tarefa de completamento de histórias (ASCT) por um observador inexperiente, a codificação das histórias por um único juiz, o preenchimento do inventário por observadores inexperientes na resposta a questões tão específicas no âmbito da vinculação, e a reduzida dimensão da amostra, os resultados deste estudo são encorajadores da continuação da investigação com este instrumento, no sentido de o aperfeiçoar, para que possa ser uma ferramenta de trabalho para os profissionais na área do acolhimento institucional.

Bibliografia

Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709 – 716. doi: 10.1037/0003-066X.44.4.709

Albus, K. E., & Dozier, M. (1999). Indiscriminate friendliness and terror of strangers in infancy: Contributions from the study in foster care. *Infant Mental Health Journal*, 20, 30-41. doi: 10.1002/(SICI)1097-0355(199921)20:1<30::AID-IMHJ3>3.0.CO;2-J

Alves, S. N. (2007). *Filhos da madrugada: Percursos adolescentes em lares de infância e juventude*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Barnett, D., Ganiban, J., & Cicchetti, D. (1999). Maltreatment, negative expressivity, and the development of type D attachments from 12- to 24-months of age. *Society for Research in Child Development Monograph*, 64, 97-118. Obtido de Academic Search Complete.

Benavente, R. (2005). *Maus tratos e negligência na infância: efeitos sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré-escolar*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

Benavente, R., Justo, J., & Veríssimo, M. (2009). Os efeitos dos maus-tratos e da negligência sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré - escolar. *Análise Psicológica*, 1, 21-31. Obtido de Academic Search Complete.

Bowlby, J. (1952). *Maternal care and mental health*. Geneva: World Health Organization. Obtido de <http://whqlibdoc.who.int/monograph>

Bowlby, J. (1969). *Apego e perda: Apego* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Separation: Anxiety and anger*. London: Penguin.

Bowlby, J. (1988). *A secure base: Clinical applications of attachment theory*. London: Routledge. Obtido de <http://books.google.pt/books>

Bretherton, I. (1990). Communication patterns, internal working models, and the intergenerational transmission of attachment relationships. *Infant Mental Health Journal*, 11, 237-252. doi: 10.1002/1097-0355(199023)11:3<237::AID-IMHJ2280110306>3.0.CO;2-X

Bretherton, I., Ridgeway, D., & Cassidy, J. (1990). Assessing internal working models of the attachment relationship: An attachment story completion task for 3-year olds. In M. Greenberg, D. Cicchetti & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the pre-school years: Research and intervention* (pp. 273–308). Chicago: University of Chicago Press.

Bretherton, I. (1992). The origins of attachment theory: John Bowlby and Mary Ainsworth. *Developmental Psychology*, 28, 759-775. doi: 10.1037/0012-1649.28.5.759

Bretherton, I., & Munholland, K. (1999). Internal working models in attachment relationships: A construct revisited. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 89-111). New York: Guilford.

Bronfenbrenner, U. (1979). Contexts of child rearing, problems and prospects. *American Psychologist*, 34, 844-850. doi: 10.1037/0003-066X.34.10.844

Byrne, J. G., O'Connor, T. G., Marvin, R. S., & Whelan, W. F. (2005). Practitioner review: The contribution of attachment theory to child custody assessments. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46, 115–127. doi: 10.1111/j.1469-7610.2004.00396.x

Carlson, V., Barnett, D., Cicchetti, D. & Braunwald, K. (1989). Disorganized/disoriented attachment relationships in maltreated infants. *Developmental Psychology*, 25, 525-531. doi: 10.1037/0012-1649.25.4.525

Cassidy, J. (1999). The nature of the child's ties. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 3-20). New York: Guilford.

Colen, M., Belo, F., Borges, G. C., Branco, M. A. & Marques, S. (2005). *Trajectórias de vida das crianças e jovens saídos dos lares da SCML*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Crittenden, P. M. (1990). Internal representational models of attachment relationships. *Infant Mental Health Journal*, 11, 259-277. doi: 10.1002/1097-0355(199023)11:3<259::AID-IMHJ2280110308>3.0.CO;2-J

Damião da Silva, M. H. (2004). Crianças e jovens a cargo de instituições: Riscos reversíveis e irreversíveis. In M. H. Damião da Silva, A. Castro Fonseca, L. Alcoforado, M. M. Vilar, M. C. Vieira (Eds.), *Crianças e jovens em risco: Da investigação à intervenção* (pp. 83-114). Coimbra: Almedina.

De Wolff, M. S. & van IJzendoorn, M. H. (1997). Sensitivity and attachment: a meta-analysis on parental antecedents of infant attachment. *Child Development*, 68, 571-591. Obtido de Psychology and Behavioral Sciences Collection.

Dias, P.; Soares, I.; Freire, T. (2004). Percepção do comportamento de vinculação da criança aos 6 anos: construção de uma escala para professores. *Revista Portuguesa de Educação*, 17, 191-207.

George, C. & Solomon, J. (1996). Representational models of relationships: Links between caregiving and attachment. *Infant Mental Health Journal*, 17, 198-216. Obtido de Academic Search Complete.

George, C., & Solomon, J. (1999). Attachment and caregiving: The caregiving behavioural system. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 649-679). New York: Guilford.

Granot, D. & Mayseless, O. (2001). Attachment security and adjustment to school in middle childhood. *International Journal of Behavioral Development*, 25, 530-541. doi: 10.1080/01650250042000366

Granot, D. & Mayseless, O. (2009). *Administração de uma Versão Adaptada da Attachment Doll Story Completion Task (Bretherton, Ridgeway & Cassidy, 1990) - Adaptação para 10-12 anos de idade* (Manual; J. M. Moreira, J. Justo e R. Benavente, Trads.). Manuscrito não publicado, Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa.

Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (2000). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Guedeney, A. & Guedeney, N. (2004). *Vinculação: conceitos e aplicações*. Lisboa: Climepsi.

Hazan, C., & Zeifman, D. (1994). Sex and the psychological tether. In D. Perlman & K. Bartholomew (Eds.), *Advances in personal relationships* (pp. 151-180). London: Jessica Kingsley.

Howes, C. (1999). Attachment relationships in the context of multiple caregivers. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 671-687). New York: Guilford.

Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99 de 1 de Setembro)

Lyons-Ruth, K. & Jacobvitz, D. (1999). Attachment disorganization: Unresolved loss, relational violence, and lapses in behavioral and attentional strategies. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 520-554). New York: Guilford.

Macfie, J., Toth, S. L., Rogosch, F. A., Robinson, J., Emde, R. N., & Cicchetti, D. (1999). Effect of maltreatment on preschoolers' narrative representations of responses to

relieve distress and of role reversal. *Developmental Psychology*, 35, 460-465. doi: 10.1037/0012-1649.35.2.46

Magalhães, T. (2004). *Maus tratos em crianças e jovens: Guia prático para profissionais*. Coimbra: Quarteto.

Main, M., & Weston, D. (1981). The quality of toddler's relationship to mother and father: Related to conflict behavior and readiness to establish new relationships. *Child Development*, 52, 932-940. doi: 10.1111/1467-8624.ep8861476

Main, M. & Weston, D. R. (1982). Avoidance of the attachment figure in infancy: Descriptions and interpretations. In C. M. Parker & J. Stevenson-Hinde (Eds.), *The place of attachment in human behavior* (pp. 31-59). New York: Baist Books.

Main, M., Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood and adulthood: A move to the level of representation. In I. Bretherton & E. Waters (Eds.). *Growing points in attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50, 66-104. doi: 10.1111/1540-5834.ep11889989

Main, M.; Cassidy, J. (1988). Categories of response to reunion with the parent at age 6: Predictable from infant attachment classifications and stable over a 1-month period. *Developmental Psychology*, 24, 415-426. doi: 10.1037/0012-1649.24.3.415

Main, M. & Hesse, E. (1990). Parents' unresolved traumatic experiences are related to infant disorganized attachment status: Is frightened and/or frightening parental behavior the linking mechanism? In M. Greenberg, D. Cicchetti & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the pre-school years: Research and intervention* (pp. 161-182). Chicago: University of Chicago Press.

Main, M., & Solomon, J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. In M. Greenberg, D. Cicchetti & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the pre-school years: Research and intervention* (pp. 121-160). Chicago: University of Chicago Press.

Main, M., Hesse, E. & Kaplan, N. (2005). Predictability of attachment pattern and representational processes at 1,6 and 19 years of age: The Berkeley longitudinal study. In K. E. Grossmann, K. Grossmann, & E. Waters (Eds.), *Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies* (pp. 245-304). New York: Guilford.

Marques, R. (2006). *Crianças acolhidas em lar residencial: Representações de vinculação, desenvolvimento, competências sociais e comportamento*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

Martins, P. (2002) *Maus-tratos a crianças: O perfil de um problema*. Braga: Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho.

Moreira, J. (2004). *Questionários: Teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

O'Connor, T.; Bredenkamp, D.; Rutter, M. (1999). Attachment disturbances and disorders in children exposed to early severe deprivation. *Infant Mental Health Journal*, 20, 10-29. doi: 10.1002/(SICI)1097-0355(199921)20:1<10::AID-IMHJ2>3.0.CO;2-S

Oppenheim, D. & Waters, H. (1995). Narrative processes and attachment representations: issues of development and assessment. In E. Waters, B. Vaughn, G. Posada & K. Kondo-Ikemura (Eds.), *Caregiving, cultural and cognitive perspectives on secure-base behaviour and working models: New growing points of attachment theory and research*. *Monographs of the Society for research in Child Development*, 60, 197-215. doi: 10.1111/1540-5834.ep11935579

Oppenheim, D., Emde, R. N., & Warren, S. (1997). Children's narrative representations of mothers: their development and associations with child and mother adaptation. *Child Development*, 68, 127-138. Obtido de Academic Search Complete.

Prior, V. & Glaser, D. (2006). *Understanding attachment and attachment disorders: Theory, evidence and practice*. London : Jessica Kingsley.

Rogosch, F., Cicchetti, D., Shields, A., & Toth, S. L. (1995). Parenting dysfunction in child maltreatment. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting*, 4 (pp. 127-159). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Rose, R. A. & Frazer, M. W. (2008). A simplified framework for using multiple imputation in social work research. *Social Work Research*, 32, 171-178. Obtido de Academic Search Complete.

Roy, P., Rutter, M. & Pickes, A. (2000). Institutional care: risk from family background or pattern of rearing?. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 41, 139-149. doi: 10.1017/S002196309900517X

Rutter, M., & O'Connor, T. (1999). Implications of attachment theory for child care policies. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 823 - 844). New York: Guilford.

Sá, P. (2010). *Vinculação ao pai e à mãe: contribuições específicas para o ajustamento escolar em crianças*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

Schneider-Rosen, K., & Cicchetti, D. (1991). Early self-knowledge and emotional development: Visual self-recognition and affective reactions to mirror self-images in

maltreated and non-matreated toddlers. *Developmental Psychology*, 27, 471-478. doi: 10.1037/0012-1649.27.3.471

Schneider, B. H.; Atkinson, L.; Tardif, C. (2001). Child-parent attachment and children's peer relations: A quantitative review. *Developmental Psychology*, 37, 86-100. doi: 10.1037//0012-1649.37.1.86

Sroufe, L. A., & Waters, E. (1977). Attachment as an organizational construct. *Child Development*, 48, 1184-1199. doi: 10.1111/1467-8624.ep10398712

Sroufe, L. A., Fox, N. E. & Pancake, V. R. (1983). Attachment and Dependency in Developmental Perspective. *Child Development* 54, 1615-1627. doi: 10.1111/1467-8624.ep12418570

Target, M., Fonagy, P & Shmueli-Goetz, Y (2003). Attachment representations in school-age children: the development of the child attachment interview (CAI). *Journal of Child Psychotherapy*, 29, 171-186. doi: 10.1080/0075417031000138433

Taylor, S. E., Klein, L. C., Lewis, B. P., Gruenewald, T. L., Gurung, R. A. R., & Updegraff, J. A. (2000). Biobehavioral responses to stress in females: Tend-and-befriend, not fight-or-flight. *Psychological Review*, 107, 411-429. doi: 10.1037//0033-295X.107.3.411

Tizard, B. & Tizard, J. (1974). A instituição como ambiente para o desenvolvimento. In M. Richards (Ed.), *A integração da criança no mundo social* (pp. 173-191). Lisboa: Livros Horizonte.

Toth, S. L., Cicchetti, D., Macfie, J.; Maughan, A. e Vanmeenen, K. (2000). Narrative representation of caregivers and self in maltreated pre-schoolers. *Attachment & Human Development*, 2, 271-305. doi: 10.1080/14616730010000849

Valenzuela, M. (1997). Maternal sensitivity in a developing society: The context of urban poverty and infant chronic undernutrition. *Developmental Psychology*, 33, 845-855. Obtido de PsycARTICLES.

Van IJzendoorn, M. H., Goldberg, S., Kroonenberg, P. M., & Frenkel, O. J. (1992a). The relative effects of maternal and child problems on the quality of attachment: A meta-analysis of attachment in clinical samples. *Child Development*, 63, 840-858. Obtido de Psychology and Behavioral Sciences Collection.

Van IJzendoorn, M. H., Sagi, A., & Lambermon, M. W. E. (1992b). The multiple caretaker paradox: Some data from Holland and Israel. In R. C. Pianta (Ed.), *Relationships between children and non-parental adults*. New Directions in Child Development (pp. 5-24). San Francisco: Jossey-Bass.

Van IJzendoorn, M. (1995). Adult attachment representations, parental responsiveness and infant attachment: a meta-analysis on the predictive validity of the Adult Attachment Interview. *Psychological Bulletin*, 117, 387-403. doi: 10.1037/0033-2909.117.3.387

Van IJzendoorn, M., Schuengel, C. & Bakersman-Kranenburg, M. (1999). Disorganized attachment in early childhood: meta-analysis of precursors, concomitants, and sequelae. *Development and Psychopathology*, 11, 225-249. Obtido de http://www.psy.miami.edu/faculty/dmessenger/c_c/rsrscs/rdgs/attach/vanIJ.Disorganizati on.devPsychopath99.pdf

Vorria, P., Papaligoura, Z., Dunn, J., van IJzendoorn, M. H., Steele, H., Kontopoulou, A., & Sarafidou, Y. (2003). Early experiences and attachment relationships of Greek infants raised in residential group care. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 44, 1208-1220. doi: 10.1111/1469-7610.00202

Wartner, U. G., Grossmann, K., Fremmer-Bombik, E. & Suess, G. (1994). Attachment Patterns at Age Six in South Germany: Predictability from Infancy and Implications for Preschool Behavior. *Child Development*, 65, 1014-1027. Obtido de Academic Search Complete.

Waters, E., & Deane, K. E. (1985). Defining and assessing individual differences in attachment relationships: Q-methodology and the organization of behavior in infancy and early childhood. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50, 1-16. doi: 10.1111/1540-5834.ep11889952

Waters, E. (1995). Appendix A: The attachment Q-Set (version 3.0). In E. Waters, B. Vaughn, G. Posada & K. Kondo-Ikemura (Eds.), *Caregiving, cultural and cognitive perspectives on secure-base behaviour and working models: New growing points of attachment theory and research*. *Monographs of the Society for research in Child Development*, 60, 234-236. Obtido de Education Research Complete.

Weinfield, N. S., Sroufe, L. A., Egeland, B., & Carlson, E. (1999). The nature of individual differences in infant-caregiver attachment. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 68-85). New York: Guilford.

Zenah, C. (1996). Beyond Insecurity: A Reconceptualization of attachment disorders of infancy. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 42-52. doi: 10.1037/0022-006X.64.1.42

Apêndices

**Apêndice I. Percentagens de resposta à primeira escala do IOVCI - Possibilidade
de observação desta interacção**

Item	Possib. Observação		
	1	2	3
	%	%	%
1. Durante a interacção, a criança tenta manter a proximidade física com a figura	3	28	70
2. A criança abraça espontaneamente a figura, sem que esta o peça	3	30	68
3. A figura aceita e reage positivamente ao contacto próximo (físico, emocional) com a criança (ex: aceita quando a criança pede colo, mostra-se interessada nas coisas que a criança conta)	0	36	64
4. Quando está envolvida numa actividade, a criança restabelece o contacto com a figura (verbal, físico ou visual)	11	36	53
5. A criança faz chantagem emocional com a figura (ex: ameaça deixar de gostar da figura, como forma de a pressionar a corresponder às suas exigências)	35	23	42
6. Quando está cansada ou se sente mal, a criança mostra maior desejo de proximidade com a figura	25	40	35
7. Em geral, a criança mostra uma atitude de cooperação com a figura, e ambos realizam harmoniosamente actividades em conjunto	15	35	50
8. No final da visita, a figura revela alguma dificuldade em deixar a criança	9	29	63
9. A criança demonstra interesse pelos presentes que a figura traz (ex: brinquedos, doces) mais do que pela interacção com a figura	4	31	65
10. Quando a figura tenta estabelecer contacto físico (ex: pegar ao colo, abraçar), a criança tenta evitar (ex: mostra desejo de ir para o chão, aponta ou dirige-se para outra coisa)	14	24	63
11. A figura cumpre o plano de visitas estabelecido	0	26	74
12. A figura fala dos desejos e sentimentos da criança, que percebe através do seu comportamento	24	30	46
13. Quando a figura chega, a criança recebe-a com um sorriso e com uma expressão feliz	0	22	78
14. Quando a figura está próxima, a criança manifesta desejo de se envolver em actividades com a mesma	9	26	65
15. Quando a criança “faz birra”, a figura não consegue resolver a situação	18	38	45
16. A criança critica e ataca abertamente a figura (ex: fala de modo agressivo, chama nomes)	42	17	41
17. Quando está aflita ou preocupada, a criança aceita ser confortada pela figura, mais do que por qualquer outro adulto	32	42	26
18. Se, durante a visita, a figura abandona a sala sem se despedir da criança, esta mostra-se ansiosa com a situação	53	28	20
19. Quando termina a visita, a criança tem dificuldade em deixar a figura	6	24	70
20. A figura tenta desenvolver actividades que ela própria quer, sem ter em conta a vontade da criança	24	33	44
21. Quando a criança está numa situação de dificuldade/perigo, a figura procura ajudá-la/protegê-la	53	28	20
22. Numa situação em que a criança está ansiosa, acalma-se quando a figura a reconforta	43	31	26
23. A criança gosta de ser abraçada por qualquer adulto, não mostrando preferência pela figura	13	33	55

Item	Possib. Observação		
	1	2	3
	%	%	%
24. A figura demonstra interesse pelo desenvolvimento e estado de saúde da criança (ex: conversa com a criança, pergunta aos adultos do lar sobre o seu desenvolvimento)	15	35	50
25. Durante a interacção, a criança mostra uma grande necessidade de ter a atenção exclusiva da figura	3	35	63
26. A criança percebe os estados emocionais da figura (ex: triste, ansiosa), e altera o seu comportamento em função disso	26	31	43
27. Quando está com a figura, a criança parece mais interessada nos brinquedos do que no contacto com a figura	10	29	61
28. Numa situação de dificuldade, a criança procura a ajuda da figura (ex: refere o seu nome, pede para estar com ela)	24	33	44
29. Quando a figura olha para a criança, esta desvia o olhar, ou procura outro objecto de atenção	16	34	50
30. O contacto com a figura parece tornar a criança mais confiante para explorar o ambiente que a rodeia	16	33	51
31. A criança expressa afecto de modo espontâneo, relativamente à figura, mais do que com outros adultos	6	34	60
32. Quando está muito envolvida numa determinada actividade, a criança procura partilhar esse interesse com a figura	13	28	60
33. Se, durante a visita, a figura abandona a sala sem se despedir da criança, quando volta, a criança mostra desejo de proximidade com ela	53	20	28
34. A figura respeita o ritmo da criança, das suas actividades: de contacto físico, de brincar, de conversar	6	33	61
35. Quando está ansiosa, a criança aceita conforto da figura, mais do que de outros adultos cuidadores	16	48	36
36. Quando a figura procura o contacto físico com a criança, esta resiste ou rejeita esse contacto	15	30	54
37. A criança prefere entreter-se sozinha a interagir com a figura, mesmo quando esta está disponível	14	38	49
38. Se a figura falta à visita, a criança mostra-se perturbada (ex: fica triste, pergunta pela figura, etc.)	11	29	60
39. A figura tem dificuldade em controlar e influenciar o comportamento da criança (ex: a criança desobedece às ordens da figura, sai da sala de visitas)	6	38	56
40. A criança acusa a figura de não lhe prestar os cuidados adequados, como forma de a levar a corresponder às suas exigências	32	28	40
41. A figura só mostra preocupação com a criança (ex: cumprir as visitas, perguntar pelo desenvolvimento da criança), quando é, de alguma forma, pressionada, não mostrando um interesse genuíno	11	36	53
42. Quando está com a figura, a criança provoca-a e ameaça portar-se mal, mais do que quando está com outros adultos	23	29	49
43. A criança mostra-se sensível à desaprovação por parte da figura, modificando o seu comportamento em função disso	34	28	38
44. Numa situação de alarme, a criança procura protecção junto da figura, se esta está disponível	55	32	13
45. A criança gosta de estabelecer contacto físico com a figura (ex: sorri, verbaliza a sua satisfação)	3	30	67

Nota. Possibilidade de observação: Nunca (1); Raramente (2); Frequentemente (3)

Apêndice II. Estatística descritiva das escalas do IOVCI

Escala	M	DP
1 – Comportamentos de segurança	2.47	.39
2 – Comportamentos negativos/ Desorganização	1.82	.65
3 – Vinculação segura	3.16	.77
4 – Sensibilidade	2.58	.58
5 – Procura de proximidade	3.63	.45
6 – Porto seguro	0.73	.17
7 – Comportamentos de evitação	0.49	.18

Apêndice III. Estatística descritiva dos itens do IOVCI

Item	M	DP
1	2.67	0.40
2	2.65	0.46
3	2.64	0.38
4	2.41	0.48
05	2.06	0.58
6	2.10	0.54
7	2.35	0.53
8	2.54	0.48
9	2.61	0.38
10	1.58	0.67
11	3.42	1.25
12	2.30	0.81
13	4.18	0.73
14	3.74	0.61
15	3.15	1.06
16	2.20	1.07
17	2.68	0.76
18	2.10	0.65
19	2.54	1.03
20	2.10	0.62
21	2.66	0.88
22	2.82	0.66
23	3.17	0.84
24	2.95	1.04
25	3.44	0.86

Item	M	DP
26	2.70	0.96
27	3.06	0.60
28	2.71	0.91
29	1.62	0.59
30	2.38	1.02
31	2.89	1.12
32	3.28	0.77
33	2.45	0.47
34	3.18	0.97
35	2.54	0.73
36	1.63	0.64
37	1.94	0.62
38	3.56	0.93
39	3.25	1.08
40	1.85	0.89
41	2.97	1.10
42	2.31	1.19
43	2.65	0.67
44	2.32	0.64
45	4.10	0.66